

Revista da Fiecc

REVISTA DA

Publicação do Sistema
Federação das Indústrias
do Estado do Ceará
Ano VIII • N. 92 • Abril 2015



SDE
FOCO NO CRESCIMENTO
ECONÔMICO E REDUÇÃO
DAS DESIGALDADES

AGENDA LEGISLATIVA
INDÚSTRIA APRESENTA
128 PROPOSTAS PARA
2015

SETOR METALMECÂNICO
CEARÁ SE DESTACA
PELO DINAMISMO E A
DIVERSIDADE

ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA ÁGUEDA MUNIZ

**“É uma mentira
dizer que essa
gestão não
cuida do meio
ambiente”.**



O IEL TEM AS SOLUÇÕES PARA A SUA EMPRESA ASSUMIR O PAPEL DE PROTAGONISTA DA GESTÃO DA INOVAÇÃO.

O Instituto Euvaldo Lodi - IEL aposta nos novos talentos e acredita que futuros líderes se constroem com incentivo e oportunidade.

Além disso, capacita os líderes de hoje para vencer desafios e alcançar os melhores resultados, contribuindo para uma indústria mais inovadora e competitiva.

- ◆ EDUCAÇÃO EMPRESARIAL
- ◆ ESTUDOS E PESQUISAS
- ◆ TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO
- ◆ ESTÁGIO E NOVOS TALENTOS



85 4009.6300



centralderelacionamento@sfiec.org.br



www.iel-ce.org.br



/ielceara



/ielceara



Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Diretoria

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

1º VICE-PRESIDENTE Alexandre Pereira Silva

VICE-PRESIDENTE Hélio Perdigão Vasconcelos,

Roberto Sérgio Oliveira Ferreira, Carlos Roberto Carvalho Fujita

DIRETOR ADMINISTRATIVO José Ricardo Montenegro Cavalcante

DIRETOR ADMINISTRATIVO ADJUNTO Marcus Venicius Rocha Silva

DIRETOR FINANCEIRO Edgar Gadelha Pereira Filho

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO Ricard Pereira Silveira

DIRETORES José Agostinho Carneiro de Alcântara, Roseane Oliveira de Medeiros, Carlos Rubens

Araújo Alencar, Marcos Antonio Ferreira Soares, Elias de Souza Carmo, Marcos Augusto Nogueira de

Albuquerque, Jaime Belicanta, José Alberto Costa Bessa Júnior, Verônica Maria Rocha Perdigão, Francisco

Eulálio Santiago Costa, Luiz Francisco Juaçaba Esteves, Francisco José Lima Matos, Geraldo Bastos Osterno

Junior, Lauro Martins de Oliveira Filho, Luiz Eugênio Lopes Pontes, Francisco Demontê Mendes Aragão.

CONSELHO FISCAL TITULARES Marcos Silva Montenegro, Germano Maia Pinto, Vanildo Lima Marcelo.

SUPLENTES Aluísio da Silva Ramalho, Adriano Monteiro Costa Lima, Marcos Veríssimo de Oliveira.

DELEGADOS DA CNI TITULARES Alexandre Pereira Silva, Fernando Cirino Gurgel.

SUPLENTES Jorge Parente Frota Júnior, Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart.

SUPERINTENDENTE GERAL DO SISTEMA FIEC Fátima Santana.

Serviço Social da Indústria – SESI / Conselho regional

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

SUPERINTENDENTE REGIONAL Cesar Augusto Ribeiro

DELEGADOS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EFETIVOS Cláudio Sidrim Targino,

Marcos Silva Montenegro, Ricardo Pereira Sales, Carlos Roberto Carvalho Fujita

SUPLENTES Abdias Veras Neto, José Agostinho Carneiro de Alcântara,

Luiz Francisco Juaçaba Esteves, Paula Andréa Cavalcante da Frota.

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EFETIVO

Francisco José Pontes Ibiapina **SUPLENTE** Francisco Wellington da Silva

REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Denilson Albano Portácio **SUPLENTE** Paulo Venício Braga de Paula

REPRESENTANTE DA CATEGORIA ECONÔMICA DA PESCA NO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Francisco Oziná Lima Costa **SUPLENTE** Eduardo Camarço Filho

REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA NO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Francisco Antônio Martins dos Santos **SUPLENTE** Raimundo Lopes Júnior

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI / Conselho regional

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL Paulo André de Castro Holanda

DELEGADOS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EFETIVOS Marcus Venicius Rocha Silva, Aluísio da Silva Ramalho,

Ricard Pereira Silveira, Edgar Gadelha Pereira Filho

SUPLENTES Marcos Antônio Ferreira Soares, Paulo Alexandre de Sousa,

Francisco Lélío Matias Pereira, Marcos Augusto Nogueira de Albuquerque.

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SUPLENTE Samuel Brasileiro Filho

REPRESENTANTE DA CATEGORIA ECONÔMICA DA PESCA DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Elisa Maria Gradvohl Bezerra **SUPLENTE** Eduardo Camarço Filho

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EFETIVO

Francisco Enio Oliveira Alencar **SUPLENTE** Francisco José Pontes Ibiapina

REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Carlos Alberto Lindolfo de Lima **SUPLENTE** Francisco Alexandre Rodrigues Barreto

Instituto Euvaldo Lodi – IEL

DIRETOR-PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

SUPERINTENDENTE Francisco Ricardo Beltrão Sabadia

Revista da FIEC

COORDENAÇÃO

Ana Maria Xavier | anamariaxavier@sfiec.org.br

EDIÇÃO

Luiz Henrique Campos | lhcamos@sfiec.org.br

REDAÇÃO

Ana Paula Dantas | apdantas@sfiec.org.br

Ana Paola Vasconcelos | apvasconcelos@sfiec.org.br

Camila Gadelha | cfgadelha@sfiec.org.br

Gevan Oliveira | gdoliveira@sfiec.org.br

Marcellus Rocha | mrlima@sfiec.org.br

FOTOGRAFIA

Giovanni Santos | gsantos@sfiec.org.br

José Rodrigues Sobrinho | jrsobrinho@sfiec.org.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Vibri Design & Branding | www.vibri.com.br

ILUSTRAÇÕES

Romualdo Faura | info@romualdofaura.com

REVISÃO DE TEXTOS

Silvânia Bravo Bezerra

ENDEREÇO | REDAÇÃO

Av. Barão de Studart, 1980 – 4º andar

Fortaleza-CE / CEP: 60.120-024

CONTATO

(85) 3421.5434 / 3421.5435

E-mail: gecom@sfiec.org.br

Revista da FIEC é uma publicação mensal editada pela Gerência de Comunicações (Gecom) do Sistema FIEC.

TIRAGEM

5.000 exemplares

IMPRESSÃO

Tipoprogresso

GERENTE DE COMUNICAÇÕES

Ana Maria Xavier

PUBLICIDADE

(85) 3421.4203

E-mail: gecom@sfiec.org.br

CONTATO COMERCIAL

Edileuza Mendonça

(85) 3242.9241 / 8764.8859

Revista da FIEC – Ano 8, nº 92 (Abril de 2015)

- Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2015 -
v.; 21,5 cm
Mensal
ISSN 1983-344X

1. Indústria. 2. Periódico. I. Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Gerência de Comunicações

CDU: 67 (051)

Ao leitor

Responsável por promover a agilização das análises dos processos de licenciamento ambiental na área do município, a entrevistada desta edição da Revista da FIEC, secretária municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) da Prefeitura de Fortaleza, Águeda Muniz, é dura quanto aos críticos que alegam falta de critério na agilização desses procedimentos. Para ela, isso foi alcançado graças à readequação dos métodos antes utilizados, ressaltando ainda o novo conceito de atendimento da pasta, no qual está embutido o respeito ao cidadão. Águeda também diz não aceitar a pecha de que a atual gestão é leniente quanto à questão ambiental, rebatendo com números os que argumentam em contrário.

O leitor poderá conhecer ainda os pleitos da indústria encaminhados ao Congresso Nacional, pelo documento da CNI elaborado com a participação de 27 federações. Elaborada anualmente desde 1996, a Agenda Legislativa da Indústria priorizou propostas que atacam os principais problemas da competitividade, sem comprometer as medidas de reequilíbrio fiscal. Já a secretária de Desenvolvimento econômico do Estado, Nicolle Barbosa, fala sobre os planos de curto, médio e longo prazo da pasta para os próximos quatro anos, quando deverá ser priorizada a atração de investimentos para o crescimento econômico e a redução das desigualdades.

A publicação traça também um raio x da indústria metalmecânica no Ceará, presente hoje em 72 municípios do estado. Antenadas às novas oportunidades trazidas pela CSP e com o tema inovação presente no dia a dia, o setor é responsável por 2,6% da indústria cearense. Com maior presença na Região Metropolitana de Fortaleza, o segmento gera quase 65 mil empregos diretos em 1.227 estabelecimentos.

Boa leitura!



Nossos painéis e quadros elétricos promovem as melhores energias em seus empreendimentos.



Cubículo EVOTECH de Média Tensão
Empresa homologada pela Schneider Electric



Há 50 anos a INELSA, através de seus quadros e painéis elétricos, garante a segurança, controle e distribuição de energia para que você viva grandes momentos. Em nossa história estão presentes grandes empreendimentos: prédios comerciais e residenciais, condomínios, hotéis, shoppings, indústrias, centros de eventos, estádios e obras de importância nacional.

Planta Industrial:

Av. Parque Leste, 555, D. Industrial, Maracanaú-CE | (85) 3371.9600



TRABALHANDO COM ENERGIA

www.inelsa.com.br

Sumário

abril 2015

NOTAS

08

Relação entre educação e desenvolvimento na Coreia do Sul é tema de palestra

Águeda Muniz

Secretária é dura quanto aos críticos que alegam falta de critério na agilização de licenciamentos ambientais



J. SOBRINHO / SISTEMA FIEC

ERRAMOS

Na última edição da Revista da FIEC, a autoria da matéria "Apesar das chuvas, seca ainda preocupa setor produtivo cearense", é do jornalista Marcellus Rocha.



FOTO
DE CAPA
J. SOBRINHO /
SISTEMA FIEC

18

Entre- vista

SETOR METALMECÂNICO

28

Segmento no Ceará se destaca pela diversidade e dinamismo

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

34

**Secretária
Nicolle
Barbosa
fala sobre os
planos na SDE**

42

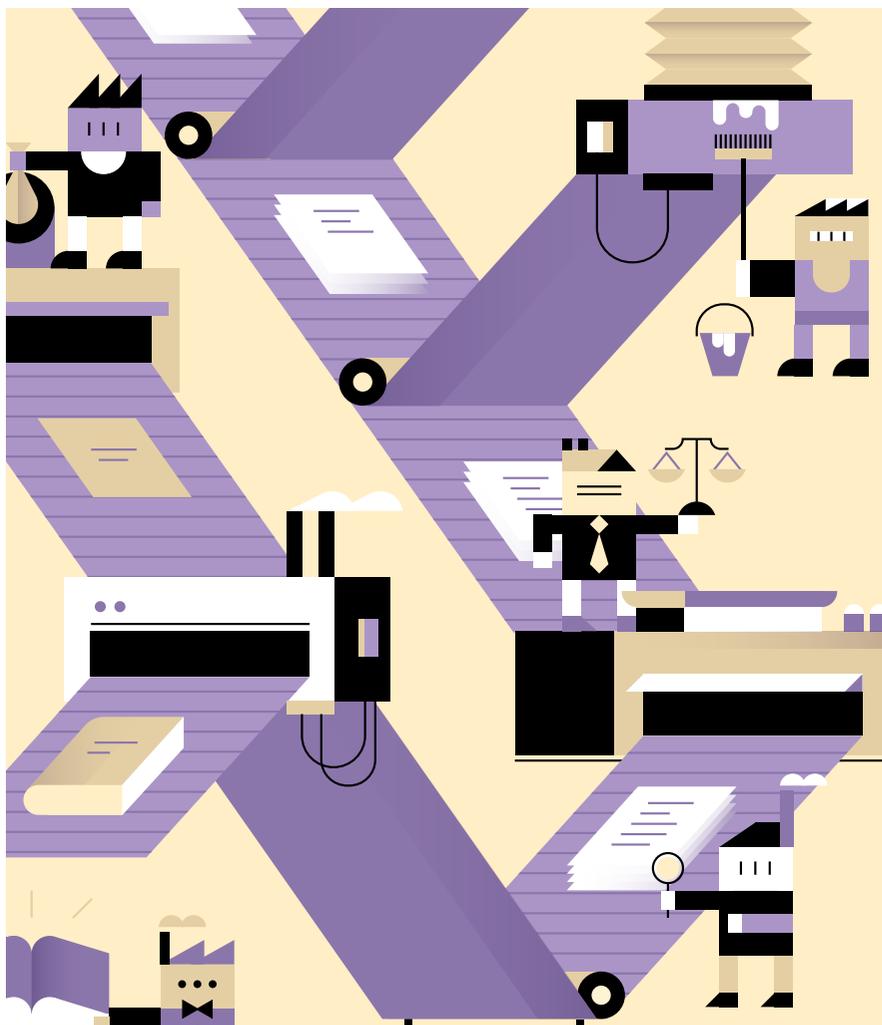
AGENDA DA INDÚSTRIA

Documento prioriza propostas que atacam os problemas da competitividade

DESEMPENHO AMBIENTAL

48

FIEC premia empresas por ações ambientais



ARTIGO

53

Educação e desenvolvimento: como deu certo na Coreia do Sul

ARTE

54

Mino e os picles da realidade nacional



Museu da Indústria participa do Programa Turismo Escolar

O Museu da Indústria está integrando o Programa Turismo na Escola, promovido pela Prefeitura de Fortaleza, para apresentar equipamentos turísticos aos estudantes das escolas municipais, dando a oportunidade de conhecerem "in loco" a história e cultura da cidade. Todas as terças e quintas, pela manhã e à tarde, estudantes visitam o equipamento, que recebeu a primeira turma no dia 7 de abril.

2.

Empresários gráficos visitam feira em SP

Um grupo de empresários associados ao Sindgrafica participou, entre os dias 18 e 21 de março, da Expoprint Digital Latin America para conhecer as novidades e lançamentos em impressão digital. A última edição da Expoprint, realizada em 2011, movimentou mais de R\$ 80 milhões.

3.

Secretário de Meio Ambiente participa de reunião do COTEMA

O novo secretário de Meio Ambiente do Estado do Ceará, Artur Bruno, participou de reunião do Conselho Temático de Meio Ambiente para falar da nova secretaria e ouvir sugestões e demandas dos empresários.



4. Capacitação reúne representantes de empresas de embalagens

Cerca de 25 representantes de empresas ligadas ao Sindiembalagens participaram, em abril, do curso Controle e Planejamento Financeiro, em parceria com o IEL/CE. O objetivo foi capacitar as empresas cearenses do setor em diversas cadeias produtivas.

5. Relação entre educação e desenvolvimento na Coreia do Sul é tema de palestra



O cearense Soleiman de Alencar Dias, que vive há 15 anos na Coreia do Sul e atua como diretor de admissões na escola Chadwick International, proferiu palestra na FIEC sobre o sistema de ensino sul-coreano. O evento foi uma iniciativa do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas

e de Material Elétrico no Estado do Ceará (SIMEC), Sindicato da Indústria Química (Sindquímica) e Sindicato das Indústrias de Alimentos e Rações Balanceadas do Estado do Ceará (Sindialimentos), em parceria com o Centro Industrial do Ceará (CIC), Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF) e o Sindeventos.

6. Plataforma de inovação adota metodologia baseada em desafio



A Plataforma iTec – desafios e soluções tecnológicas, na qual empresas podem cadastrar suas demandas tecnológicas para que institutos de pesquisa e de ciência aplicada, universidades e outras empresas de todos os portes ofereçam soluções, foi apresentada na FIEC, durante workshop para representantes de empresas startups,

instituições científicas públicas e privadas, empreendedores, entidades associativas e órgãos ligados à inovação. O evento, que contou com a participação do secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará, Inácio Arruda, integra o road show, série de workshops que estão sendo realizados pelo Brasil para divulgar a Plataforma iTec.

Programa ViraVida apresentado em evento sobre Direito Consumerista e Proteção da Criança e do Adolescente

7.

O Programa ViraVida, do SESI/CE, foi apresentado nos dias 8 e 9 de abril no I Seminário Direito Consumerista e a Proteção da Criança e do Adolescente, na Assembleia Legislativa do Ceará. O ViraVida foi representado pela coordenadora Ana Isabel, que mediou a palestra Violência Sexual e o Bulling nas escolas.

8. Fórum Ideias em Debate realiza mais duas edições



O historiador Marco Villa e o jornalista Merval Pereira foram os mais recentes convidados do Fórum Ideias em Debate, realizado nos meses de março e abril, respectivamente. O objetivo do Fórum é fomentar o debate em torno de temas relevantes para o desenvolvimento econômico e social.





9. Missão da FIEC visita o Chile

Representantes do Sindquímica, Simec e do Sindialimentos, sindicatos vinculados à Fiec, participaram de missão empresarial ao Chile. A viagem foi organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Sofofa - organismo representativo da indústria daquele país. O grupo cearense na missão foi composto

pelelo presidente do Sindquímica, Marcos Soares; o diretor setorial da área do plástico daquele sindicato, Alexandre Mota; pelo presidente do Simec, Ricard Pereira; André Siqueira, presidente do Sindialimentos; e pelo diretor de inovação do Simec e também coordenador do Conselho de Inovação e Tecnologia da Fiec, Sampaio Filho.

10. Câmara Setorial Mineral preocupada com novo código de mineração



A Câmara Setorial Mineral do Ceará, reunida em abril, na FIEC, demonstrou preocupação com o novo código mineral, que tramita na Câmara dos Deputados. O teor do projeto tem preocupado empresários do segmento no estado, principalmente os pequenos, que representam a grande maioria. Atualmente o segmento gera cerca de 80 mil empregos diretos.

11. Conselho de educação prepara diagnóstico



O Conselho Temático de Educação (COED), presidido por Ednilton Gomes de Soárez, está discutindo a elaboração de um diagnóstico para verificar a demanda de serviços por parte dos sindicatos filiados. Até o final do ano, o fórum concluirá um planejamento a ser traçado com base nesse trabalho.

12. Sindifrio divulga pescado cearense

Onze empresas cearenses participaram da Seafood Expo North America, maior feira de promoção e comercialização de produtos da pesca e aquicultura da América do Norte. A Seafood Expo North aconteceu em Boston (Massachusetts), recebendo mais de 20 mil visitantes de todo o

mundo. A delegação cearense foi a maior do país, sendo liderada pelo Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Ceará (Sindifrio), que levou uma representação de onze empresas: RB Aquicultura, Compex, Netumar, Santa Lavínia, Caix, Ipesca, Condessa, Pesqueira Loiola, Icapel, Maris, Compescal.

Projeto Oportunus



O Centro Industrial do Ceará (CIC) promoveu almoço no qual foi apresentado o Projeto Oportunus, que visa ampliar a participação de mercado das empresas exportadoras de produtos para a China, por meio da plataforma on-line Ali baba. O projeto piloto está sendo desenvolvido no Ceará em parceria envolvendo CIC, IEL, CIN, Unifor e Correios.

14. Indústria de Talentos do Ceará

O programa Indústria de Talentos do Ceará é uma iniciativa da Área de Estágio e Novos Talentos do IEL/CE, com o objetivo de desenvolver as carreiras de jovens estudantes e estagiários. Com formato mais dinâmico, o programa proporciona vivências ricas dentro do novo perfil de experiências que atraem atualmente jovens estudantes e estagiários, com realização em instituições de ensino e empresas. No último dia 30 de abril, a palestra realizada dentro do programa foi “Ser feliz profissionalmente exige atitude hoje”, com a jornalista, consultora em comunicação institucional e mestre em comunicação e cultura contemporânea, Joana D’Arc Dutra.

- **Mais informações sobre a iniciativa:**
- **oficinas-iel@sfiec.org.br**
- **Telefone: 3421-6532.**

15.

CIN promove seminário sobre mercado americano



O Centro Internacional de Negócios (CIN) da FIEC promoveu com o Brazilian-American Chamber of Commerce of Flórida, o workshop "Como Ingressar no Mercado Norte-Americano". O evento visou propiciar

aos participantes uma visão global do mercado americano, destacando temas como investimentos, serviços bancários, oportunidades e desafios, diferenças culturais e vistos de trabalho.

16.

Secretário André Facó apresenta plano de logística do estado



O secretário estadual de Infraestrutura, André Facó, apresentou durante reunião de diretoria da FIEC, o Plano de Logística do Estado do Ceará. Facó também fez explanação sobre o tema para a Câmara Setorial de Logística da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado (Adece), cujo presidente é Marcelo Quinderé.

17.



Aproximação com os sindicatos

O superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI/CE), César Ribeiro, participou de reuniões do Sindiembalagens e do Simec para divulgar o portfólio mais atualizado de serviços da instituição e oferecer soluções para as empresas em qualidade de vida e educação e cultura.

Comitiva do Sindverde participa de feira em São Paulo

Catorze empresários filiados ao Sindverde/CE participarão de 6 a 8 de maio da Feira Internacional do Plástico (Feiplastic 2015), no Parque de Exposições do Anhembi, em São Paulo. A comitiva será liderada pelo presidente do Sindverde, Marcos Augusto Albuquerque. A Feiplast é a principal feira da América Latina (setor do plástico), para apresentação de tendências, demonstração de lançamentos e geração de networking.

18.



“Eu não tenho medo de dizer que agilizamos os processos aqui”.

COM POUCO MAIS DE DOIS ANOS À FRENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE (SEUMA) DA PREFEITURA DE FORTALEZA, A ARQUITETA ÁGUEDA MUNIZ PODE SE VANGLORiar DE TER CONSEGUIDO AGILIZAR OS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AFEITOS A SUA PASTA, SEM SE DESCUIDAR DO ASPECTO TÉCNICO INERENTE A CADA UM DELES. SEGUNDO ELA, ISSO FOI ALCANÇADO GRAÇAS À READEQUAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ANTES EXISTENTES A UM NOVO CONCEITO DE ATENDIMENTO NO QUE ESTÁ EMBUTIDO O RESPEITO AO CIDADÃO COMO FIM PRINCIPAL DA GESTÃO PÚBLICA.

ESSA AGILIZAÇÃO, TODAVIA, NÃO A DEIXOU ISENTA DE CRÍTICAS. O QUE ELA REBATE, DESTACANDO QUE FOI, É, E NÃO TEM MEDO DE SER CRITICADA POR ESSA INICIATIVA. NA VISÃO DE ÁGUEDA, “A CIDADE PERDE QUANDO VOCÊ DIFICULTA O ACESSO AO CIDADÃO A UMA REGULARIZAÇÃO QUE DEPENDE DE QUALQUER DOCUMENTO MUNICIPAL”. PARA ELA, SE A PESSOA PROCURA DAR ENTRADA PARA SE REGULARIZAR, “NÓS TEMOS É QUE COMEMORAR, PORQUE A IMAGEM DO PODER PÚBLICO É DE LENTIDÃO, DE QUE NÃO VAI RESOLVER MESMO”.

DA MESMA FORMA QUE REBATE AS CRÍTICAS SOBRE A AGILIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, ÁGUEDA MUNIZ BATE DE FRENTE EM RELAÇÃO AO DEBATE. “O QUE HÁ HOJE NA CIDADE É UMA DISCUSSÃO IDEOLÓGICA DE UMA OPOSIÇÃO IDEOLÓGICA CONTRA A GESTÃO DO MOMENTO, PARA APARECER”. NESSE SENTIDO, AFIRMA TRATAR-SE DE UMA MENTIRA A PECHA JOGADA SOBRE A GESTÃO DO PREFEITO ROBERTO CLÁUDIO DE QUE NÃO CUIDARIA DO MEIO AMBIENTE.

DE ACORDO COM A SECRETÁRIA, ALÉM DA GESTÃO ATUAL NÃO SER RESPONSÁVEL PELA SITUAÇÃO EM QUE A CIDADE SE ENCONTRA HOJE NO ASPECTO AMBIENTAL, MEIO AMBIENTE NÃO PODE SER VISTO APENAS PELO VERDE. “É UM SISTEMA DE VÁRIOS CORREDORES QUE SE INTEGRAM AO AMBIENTE CONSTRUÍDO DE NOSSA CIDADE. NÓS TRABALHAMOS NO SENTIDO TOTALMENTE OPOSTO AO QUE TENTAM PASSAR EM RELAÇÃO A ESSA IMAGEM”, DESTACA.

**POR ANA MARIA XAVIER
E LUIZ HENRIQUE CAMPOS**

Revista da FIEC – Secretária, gostaria de começar perguntando qual o seu conceito de sustentabilidade?

Águeda Muniz – O conceito de sustentabilidade para todos nós deve ser o atendimento da cidade ao cidadão. Quando ela é boa de se viver para o cidadão, isso é sustentabilidade. Não é só a questão ambiental, tem que vir acompanhada da sustentabilidade econômica, institucional, da sustentabilidade político-administrativa, territorial, cultural. Então, sustentabilidade, hoje, deve atender os pilares que são o ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável.

RF – A senhora tem experiência na academia, no setor privado e agora está no poder público. A partir do conceito traçado anteriormente, onde é que essas esferas se inter cruzam e se afastam?

AM – Deveriam se cruzar sempre. Deveriam ser um único corpo. A experiência que tive de quase 13 anos no setor privado, em paralelo na academia, e não gosto de dizer isso, mas é preciso ressaltar que o papel da academia ainda está muito distante da realidade da sociedade em que a gente vive. Acho que desses três setores, o que é mais distante ainda é a academia. Não consegue ver o cotidiano das pessoas, o dia a dia da cidade; e o setor público precisa melhorar muito para entender o que é a cidade. E as pessoas têm que se aproximar dela, que é o que estamos tentando fazer. Porque as pessoas só gostam do que conhecem.

Se eu não conheço os parques, as ruas, as áreas de lazer, como é que vou dizer que eu gosto? Vou dizer que é inseguro porque é o que está aí sendo divulgado todo dia. Mas quem foi que disse isso? Começou de um ponto, se alastrou, só que as pessoas não conhecem os pontos legais de ir na cidade, de frequentar. E isso implica no desrespeito às leis. E não são só aquelas pessoas que tem renda mais baixa, baixo nível de informação, não. A gente encontra aqui pessoas que foram autuadas porque não sabiam que existiam determinadas leis. De quem é a culpa? É delas? Não, só. É do setor público também que não integra isso, não promove a interlocução pelos de órgãos como a FIEC, CDL, Sebrae. A gente tenta fazer essa interlocução e o que vê é um retorno ansioso das pessoas por estarem pela primeira vez diante de algo que inexistia, estava distante delas.

RF – Essa visão sobre a academia, a senhora já tinha, ou passou a ter quando se inseriu na gestão pública?

AM – Já tinha. Se agravou porque eu, de certa forma, por ter trabalhado no setor privado, já se confrontavam algumas linhas ideológicas que não atendiam as demandas da sociedade. Por exemplo: você discute o tema especulação imobiliária, muito em voga na academia, que é algo sério, que deve ser combatida, mas que às vezes está na boca de um leigo que não retrata o que é de fato. E vira um terror, um dogma, um ódio ao setor imobiliário, o que não é a realidade. O setor imobiliário e a indústria da constru-

ção civil é um dos setores mais representativos da cidade e precisamos construir oportunidades com o setor público. Agora temos que ter regras para que esse segmento se expanda de forma ordenada na cidade. E isso não é especulação. Então há esse distanciamento entre a academia e o setor público. Nos EUA e na Europa os projetos de pesquisa são muito aplicados, principalmente na área da saúde, e no Brasil até há nesse setor, mas nas ciências sociais aplicadas isso ainda é muito distante.

RF – O poder público como indutor e regulador dessas demandas da sociedade enfrenta muitas dificuldades. O que a senhora já detectou nesses mais de dois anos à frente de pasta tão complexa, que impede a promoção de avanços?



FOTOS: DE ARQUIVO PESSOAL PESSOAL



AM – É verdade. Hoje nós planejamos toda a questão urbanística da cidade, plano diretor, política ambiental. Todos os licenciamentos, são mais de 80 serviços que licenciamos aqui, desde aprovação de projeto arquitetônico a emissão de alvará sonoro para eventos. E nós fazemos a fiscalização ambiental em todas as regionais. Então é uma secretaria que conta com serviços totalmente integrados e esse processo de articulação só pode ser feito em parceria com outras instituições da sociedade. E esses dois anos, eu digo, é um estágio pelo qual todos deviam passar. O prefeito Roberto Cláudio tem dito a todos os secretários que devemos trabalhar para tirar essa imagem de ineficiência, uma imagem que todo cidadão que chega a aqui já chega com a sensação de derrota, de que nada que ele vem fazer aqui

vai dar certo. É uma obrigação nossa atender bem. Mesmo que não resolva de imediato, mas que seja bem atendido. O prefeito tem passado isso para gente, está no perfil de cada um dos secretários, tentar transformar essa imagem que o setor público tem de ineficiência, de morosidade. É um processo lento, a gente não está dizendo que vai mudar isso agora, depende de gerações, muitas pessoas estavam travadas, precisam se mobilizar, e os cidadãos também, para que esse encontro de sinergias possa gerar um serviço de qualidade.

RF – Secretária, pessoalmente, como a senhora se preparou para lidar com a gestão pública, principalmente nessa pasta que lida com demandas das mais diversas, levando em conta que muitas respostas da secretaria foram rápidas?



AM - Eu acho que há um pouco de sorte, mas muito esforço também. Eu sempre gostei de trabalhar com cidade. Desde que me formei, sempre trabalhei com planejamento urbano. Sobre planejamento urbano, eu fiz um mestrado e sempre tive curiosidade voltada a esse tema. Minha dissertação foi sobre planejamento e gestão urbana em Fortaleza até 2006. Então pude ter essa noção sobre os tempos de planejamento e das gestões e os reflexos disso para a cidade. Quando terminei a dissertação, fui trabalhar para algumas empresas de São Paulo no gerenciamento de projetos para bancos de fomento. E fui gostando dessa parte de cidade, fiz o doutorado em planejamento em áreas urbanas, fiquei um tempo na iniciativa privada e fui pega de surpresa com o convite para a prefeitura. Um professor da faculdade (Joaquim Aristides Oliveira), ele não tinha sido meu

professor, mas fomos colegas quando fui substituta na UFC, e nós gostávamos muito de conversar sobre cidade. O prefeito estava procurando uma pessoa com perfil de espírito público, não disse para o que era, e pediu a ele um nome. Ele disse que só pensou no meu nome e me indicou. Foi surpresa para ele, para mim, e a minha preparação na verdade foi essa, na gestão de projetos e estudando a cidade. Eu tenho a bagagem que me facilita o operacional aqui dentro e o planejamento. Os primeiros seis meses fui para dentro de cada setor, conhecer mesmo. Era uma secretaria nova, nós montamos o organograma e fomos identificando os perfis. E isso a gente vai conhecendo com o tempo. Eu costumo dizer que aqui nós temos 50 imperdíveis. São aquelas pessoas que dão o sangue pela cidade. Há uma servidora pública aqui, Edilene Oliveira (coordenadora de

políticas ambientais), que é de coração, de ação. Ela é a nossa baluarte. Existem vários, mas ela está de domingo a domingo, em qualquer situação, disposta. E faz daquele trabalho dela o melhor que há. Então é um exemplo de servidor, de gestor. Enfim, criamos um manual de boas práticas que vamos deixar para os próximos gestores. Somado a isso veio o meu amor por Fortaleza. Todo o final de ano eu vou ao prefeito apresentar os resultados da secretaria e agradeço a oportunidade de estar colaborando com a cidade. Porque estou aqui não como secretária, mas como cidadã para Fortaleza. E isso é o que me faz vir todos os dias para cá sem querer tirar férias. Isso aqui é a minha parcela de amor a Fortaleza e eu quero fazer o melhor todos os dias. Por isso posso exigir de todos o melhor aqui. Já disse que respondemos muito friamente nossas demandas no

“Mas os últimos planos diretores da cidade, a partir da década de 1970, acabaram por negar o plano Hélio Modesto, até por um conceito novo de cidade que acabava de surgir. Mas é preciso muito cuidado com isso.”

facebook e às vezes eu mesmo entro e respondo. As pessoas perguntam quem está respondendo, e, quando digo que é a secretária, as pessoas não acreditam. Mas é isso que faz a aproximação. As pessoas saberem que existe alguém olhando por elas. E isso é uma missão.

RF – Secretária, o ex-prefeito Vicente Fialho ficou conhecido por ter sido o grande tocador de obras de Fortaleza. Em sua gestão, se construiu muito do que a cidade tem hoje. Na sua visão, que é uma estudiosa do tema, onde erramos e acertamos nesses últimos 20 ou 30 anos para chegar ao que somos hoje?

AM – É engraçado como isso está na cabeça de todo mundo. Para mim, e eu já disse para ele, Vicente Fialho foi o melhor prefeito que Fortaleza já teve até Roberto Cláudio. Vicente Fialho foi o prefeito que mais implantou projetos planejados pelo plano diretor, que foi elaborado por Hélio Modesto ainda em 1962, 1963, mas que continuava em vigor na década de 1970, e que ainda não tinha sido implantado. E o plano Hélio Modesto talvez tenha sido o melhor que Fortaleza já teve porque trabalhava com o conceito de bairros sustentáveis. Cada centro de bairro tinha escola, centros de emprego, igreja, e esses bairros eram integrados por eixos de locomoção e várias dessas vias ainda são importantes para a cidade hoje. Por isso que Vicente Fialho é reconhecido até hoje, não só pelas

obras, mas pelo planejamento. E na verdade, os planos que se seguiram à gestão Fialho mostraram uma falta de continuidade, e se mudou completamente a ideia de aperfeiçoamento do plano Hélio Modesto. Surgiu a ideia dos corredores em direção ao Centro da cidade, o Centro implodiu e aí você tem que descentralizar, para que as pessoas não percam duas horas para ir e duas para voltar de sua casa para se deslocar ao Centro. Isso é maltratar a população. O planejamento urbano tem essa possibilidade de facilitar a vida do cidadão. Mas os últimos planos diretores da cidade, desde a década de 1970, acabaram por negar o plano Hélio Modesto, até por um conceito novo de cidade que acabava de surgir. Mas é preciso muito cuidado com isso. Estocolmo, Barcelona fez tal coisa...mas isso talvez não se adeque a nossa realidade. Então pegar um conceito, trazer para cá sem estudar de forma aprofundada, fica complicado. O plano de 92 consegue resgatar um pouco desse plano do Hélio Modesto criando projetos setoriais, como Messejana, Montese, que já tinham certa centralidade, mas não houve preocupação maior nessa década até 2000. E em 2009 não houve um plano, é uma lei, que restringe ou que permite construções na cidade. E isso não é plano diretor. Plano diretor é um documento que orienta como a cidade vai se organizar. Quais os projetos estruturantes da cidade? Qual o meu conceito de cidade? A partir do plano diretor é que eu tenho uma lei de uso e ocupação do solo, e esta lei é que

vai orientar o desenvolvimento imobiliário. Tenho uma legislação ambiental, tenho regulamentações que estão dentro do plano diretor. O que estamos fazendo agora é regulamentar alguns instrumentos que estavam nesse plano e atualizando a lei de uso e ocupação do solo. Mas o nosso plano diretor não é um plano, é uma lei, não tem o conceito de cidade. Ele divide a cidade entre macrozona de proteção ambiental (que pode construir) e macrozona de ocupação urbana (que não pode construir). E aí todos acham que a lei sempre vem para o mal, e, na verdade, a lei tem que ser boa para a cidade. Se o cidadão se acha reprimido por conta de uma lei, ela não é boa para ele, não é boa para a cidade.

RF – Mas, secretária, também faz parte do papel do poder público criar instrumentos de repressão que possam garantir a efetividade dessas políticas...

AM – Sim, mas aí é outra questão. Se ele está ou não atendendo a legislação. Há casos aqui, vou citar alguns exemplos: estação de tratamento de esgotos. A gente recebe uma denúncia, nós autuamos quem está cometendo esse crime ambiental e faz o comunicado. Se não vier se regularizar, o estabelecimento vai ser embargado. Temos vários problemas envolvendo isso. Enviamos um segundo comunicado: ‘olhe você não veio se regularizar’. Não é a multa pela multa. Procuramos orientar. Na terceira vez, não dá. E no instante que embarga, não dá meia



hora, a pessoa vem se regularizar. Então, a pessoa teve seis, oito meses, um ano até, para se regularizar...quer dizer, a lei tem que ser dura, mas tem que ser boa. Se ela é boa para a cidade, é boa para o cidadão. E para ser boa ela não precisa ser repressora, tem que ser da maioria.

RF – Agora, secretária, ampliando essa discussão para as ações do poder público de um modo geral, não só no que diz respeito à legislação, mas no sentido de propor medidas objetivas no enfrentamento dos problemas, a senhora acha que é fácil a população entender as reais intenções da gestão municipal? Faço esse questionamento porque a cidade enfrenta dificuldades de mobilidade urbana e o prefeito Roberto Cláudio tem proposto algumas ações, mas, ao mesmo tempo, tem sua imagem colada à destruição de espaços verdes.

AM – Eu acho que isso vem mudando. As pessoas estavam reativas à mudança, à quebra de paradigmas. A cidade é dinâmica. Muitos lugares que moramos hoje eram belos bosques há 50 anos e a cidade foi deixando de ser mais verde mesmo. Não foi de dois anos para cá que a cidade deixou de ser mais verde, e isso vem de outras gestões, e poderia ter sido evitado se os projetos realmente tivessem tido continuidade. O grande problema da gestão Roberto Cláudio foi com relação ao corredor exclusivo de transportes que era para ter sido finalizado ainda no ano de 2003. O que ocorre é que foi a melhor solução ambientalmen-

te. Porque o que há hoje na cidade é uma discussão ideológica de uma oposição ideológica contra a gestão do momento, para aparecer.

RF – O debate urbano em Fortaleza hoje seria ideológico, é isso?

AM – Acho que é muito mais. E essa questão ambiental é muito séria. A cidade vem perdendo sua cobertura vegetal de 50 anos para cá e a nossa meta é aumentar essa cobertura vegetal. Não quer dizer que árvores não serão suprimidas. Serão sim, porque existem obras públicas que serão feitas para melhorar a vida da população. O corredor 1 do Transfor, que começou a operar em abril, está reduzindo em três vezes o tempo de deslocamento de um ponto a outro da cidade. Quem anda de táxi, em 10 minutos sai do cruzamento da Antônio Sales com Domingos Olímpio e chega na Desembargador Moreira. Digo isso porque faço esse percurso. Enquanto isso tem um monte de carro parado ao lado. O trânsito para carros ficou péssimo? Ficou, mas para uma minoria. Mas para quem anda de ônibus, de táxi, foi uma mudança de paradigma. Tivemos que suprimir árvores, mas foi para a melhoria da qualidade de vida de uma maioria. O urbanismo e o meio ambiente deve estar a serviço da maioria. E a gente lançou um plano de arborização no qual pretendemos plantar 35 mil árvores até 2016. É uma meta conservadora até, mas até o último dia 19 de abril tínhamos plantado 16.500. Ou seja, estamos quase na metade do que havíamos prometido e este ano vamos

aumentar mais a cobertura vegetal da cidade com esses plantios; relançamos uma portaria para quando houver a supressão de uma árvore, até 15 possam ser plantadas, dependendo da tipologia e da dimensão da árvore. Então, dizer que uma gestão como essa não cuida do meio ambiente...O prefeito, em 10 de janeiro deste ano, regulamentou 21 parques. Estamos procurando recursos para tornar 100% da nossa orla balneável, criamos um plano na área de resíduos sólidos, que consideramos um desafio grande... Então é uma mentira dizer que essa gestão não cuida do meio ambiente. Meio ambiente não é só verde. É um sistema de vários corredores que se integram ao ambiente construído de nossa cidade. Nós trabalhamos no sentido totalmente oposto ao que tentam passar em relação a essa imagem. Agora, a gente tem que fazer a população realmente saber reconhecer todas essas nossas ações.

RF – A partir disso, qual o desenho da cidade para os próximos anos?

AM – O planejamento da cidade hoje acontece em dois momentos. Um momento se pensando o futuro, através do Fortaleza 2040, que é articulado pelo lplanfor, estratégico, envolvendo meio ambiente, desenvolvimento econômico, a questão territorial, de saúde, segurança, educação, tudo isso está embutido. A partir de quando esse plano estiver finalizado, serão definidos planos setoriais para cada secretaria, com caráter executivo, dentro desse master plano. Em paralelo, Fortaleza tem um Código

de Obras de 1991 e uma Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, e a ideia é não ter um plano diretor sem nenhuma regulamentação. Existem vários instrumentos que poderiam estar gerando receita para o município, como a outorga onerosa da autorização de uso, o direito de superfície, e não estavam regulamentados. Optou-se por planejar em longo prazo e tentar atualizar em curto prazo o que a cidade urge. Hoje, se você quiser colocar um restaurante na Jovita Feitosa não consegue, porque a lei é de 96 e proíbe. Só que de lá para cá são 20 anos. A cidade muda a cada três, cinco anos. A gente está correndo para suprir essa necessidade, ao mesmo tempo que planejando para o futuro. O que temos agora é fazer com que Fortaleza volte a ser uma cidade de oportunidades. Fortaleza não é oportuna. Ela está como a 13ª empreendedora em relatório que a Endeavor Brasil publicou no ano passado, só que quando você vai ver o ambiente de negócio nós não estamos ruins, não. Só que precisamos melhorar mais, para gerar emprego, oportunidades para as pessoas, que com isso vem educação, saúde, controla a insegurança. E no Fortaleza 2040, estamos discutindo de forma mais ampla nossas âncoras econômicas no futuro, as questões sociais. No caso da segurança, por exemplo, nós sabemos que uma das saídas é criar espaços públicos, que é o que já estamos fazendo. Hoje temos 151 praças em processo de adoção, 51 completamente adotadas. E nós notamos que essas praças adotadas mudam o entorno.

RF – Qual o perfil do adotante dessas praças, secretária?

AM – É variado, mas a maioria é empresário. Temos seis adotantes pessoas físicas, estes nos bairros mais humildes da cidade. Na adoção, a prefeitura entra com a água e a energia e o adotante diz o que vai fazer. Uns reconstróem

a praça, como já aconteceu, outros se responsabilizam pela limpeza, agoam, pintam, ajeitam o canteiro.

RF – Tem sido bem distribuída na cidade essa adoção?

AM – Não. Há uma grande ausência nas regionais V e VI, e na II e na I é onde existe maior número de adoções.

RF – Secretária, queríamos tratar de uma questão específica relacionada à agilidade da gestão pública, a partir do problema que envolve a análise de processos de licenciamentos ambientais.

AM – Quando nós assumimos a pasta o prefeito me designou duas tarefas. Uma era regulamentar os instrumentos do plano diretor, que achei que seria mais difícil por depender de vários segmentos. O outro desafio era lidar com os alvarás de construção, não só, licenciamentos ambientais também. Com relação aos alvarás e licenciamentos, foi o grande exercício dessa minha gestão. Porque havia uma verdadeira aversão a esta secretaria. Todo mundo que chegava para mim, parabenizava, mas perguntava como tinha aceitado uma secretaria dessa. ‘Você ganhou um abacaxi’. E eu tenho certeza que não vou deixar um abacaxi para o próximo secretário. Temos algo estruturado, que precisa ser melhorado sempre, alguns prazos precisam ser ajustados, colocados nos eixos, mas estamos melhorando. Estamos trabalhando intensamente, entendendo como eram os processos...descobrimos, por exemplo, que, ao invés de ser analisado de uma só vez, passava por vários setores. Se tinha uma pendência voltava de novo para os mesmos setores. Decidimos acabar com isso. Houve resistência? Houve. Muita, principalmente interna. Nós treinamos os analistas, mas eles questionaram:

‘nós vamos analisar o processo todo?’. Sim, todos têm capacidade para tal. Mas como não era feito isso há 20, 30 anos, surgiu resistência. Hoje, graças a Deus, isso já foi superado. Eles entenderam e colaboraram bastante. Recebemos vários reconhecimentos e todo mundo gosta, né, de receber esse reconhecimento. Então, o que houve não foi uma agilidade onde se perde o critério técnico.

RF – Mas a senhora foi bastante criticada por essa agilidade?

AM – Fui e sou, e não tenho medo de ser. Acho que só a cidade perde quando você dificulta o acesso ao cidadão a uma regularização que depende de qualquer documento municipal. Quando você dificulta, a cidade perde em arrecadação e perde porque o interessado vai fazer de qualquer jeito. Se ele procura dar entrada para se regularizar, nós temos é que comemorar, porque a imagem do poder público é de lentidão, de que não vai resolver mesmo. E o cidadão não deixa de ter razão muitas vezes. Ninguém quer fazer nada errado, porque lá na frente vai dar problema. Eu sempre penso assim: ninguém age errado porque quer. Age porque está precisando sobreviver. Tem que colocar um negócio para pagar o colégio do filho dele no fim do mês, precisa pagar a feira do fim do mês e não pode ficar esperando eternamente. E eu não tenho medo em dizer que agilizamos os processos aqui. Pelo contrário. Isso me deixa feliz por estar ajudando a concretizar o projeto de alguém e que lhe traz felicidade. Essa crítica, portanto, não chega a mim nem aos funcionários da Seuma porque prezam pela qualidade no trabalho e pela ética. E aí nós temos muito critério para selecionar as pessoas que estão trabalhando nessa área. Existem analistas aqui, de carreira, pessoas sérias, honradas, que merecem ter todas as loas e reconhecimento do trabalho

“A burocracia é uma coisa séria. Eu lembro que, nesses programas de comédia que passavam, as pessoas falavam do sistema, dizendo que a culpa é do sistema. E hoje eu posso dizer que a culpa é do sistema.”

que fazem. Quanto a essa melhoria nos processos, trabalhamos em conjunto. Apresentamos uma proposta, eles vieram com uma contraproposta, nós integramos essas sugestões e até hoje trabalhamos nesse processo de melhoria contínua. Nós estamos evoluindo em novas formas, novos procedimentos, estamos tentando oferecer esses processos mais simples pela internet, estivemos viajando para buscar as melhores práticas. Fortaleza não está ruim nessa parte, mas queremos ser os melhores. O setor da construção civil, e eles falaram muito isso, não se importa em pagar taxas, mas quer um serviço de qualidade.

RF – Secretária, o Ministério Público tem tido atuação forte no acompanhamento das ações do poder público, gerando muitas vezes uma relação tensa. Ao mesmo tempo a burocracia estatal impede que determinadas ações andem como os gestores gostariam. Como a senhora lida com isso?

AM – É importante que o Ministério Público se insira nas discussões sobre as ações do poder público. Nós temos uma relação muito boa com o MP estadual, federal. Na verdade, em alguns momen-

tos, há visões diferentes, mas sempre na busca do acordo, porque somos entes que atuam em prol da população. A relação com o MP estadual tem sido muito estreita, principalmente na questão ambiental e de patrimônio histórico. Tenho que citar o doutor Raimundo Batista e o doutor Zé Filho, incansável. A doutora Socorro Brilhante também, a gente sempre está junto. Com o MP federal não diria que haja dificuldades, mas temos posições divergentes em alguns casos, posso citar a questão dos viadutos, do Cocó, mas acho importante isso, porque eles participam do dia a dia da cidade.

RF – E a burocracia, secretária?

AM – A burocracia é uma coisa séria. Eu lembro que, nesses programas de comédia que passavam, as pessoas falavam do sistema, dizendo que a culpa é do sistema. E hoje eu posso dizer que a culpa é do sistema. Existe uma terceira pessoa nessa relação do poder público com o cidadão que é o sistema. Eu estou falando em tom de brincadeira, mas no setor privado, por exemplo, se eu vou fazer qualquer coisa eu digo: “vamos fazer e faz”. Aqui não, às vezes você tem que mandar um ofício para que uma pessoa autorize uma outra pessoa para marcar uma reunião, para que, na reunião, seja definido o envio de um ofício para uma terceira pessoa...e aí se leva um tempo danado e a coisa não se resolve. Mas eu acho que isso vai mudar. Isso vem mudando. Eu sou superotimista em relação a isso. Nós temos alguns servidores aqui, vou citar o Jorge Verçosa, um rapaz que entrou aqui em um concurso para fiscais, superjovem, mas com uma capacidade para resolver as coisas e resolve. De uma certa forma, as pessoas estão se cansando de trabalhar com essa burocracia que não ajuda em nada. É difícil, mas as coisas estão mudando. Mas posso dizer que

o meu maior inimigo aqui nessa secretaria é a burocracia. Meu inimigo político, técnico, gerencial, é muito grave.

RF – Secretária, o fortalezense tem a cidade que ele merece, ou Fortaleza é a cara de seus moradores?

AM – Eu acho que ele ainda não tem a cidade que merece porque ainda não entende a cidade que tem. Não conhece a cidade que tem. A partir do momento que eu construo minha casa em um terreno que eu sei que eu invadi, apesar de precisar daquele espaço para morar, demonstramos que não sei qual é a minha relação com a cidade. Eu precisar invadir área pública porque não tenho onde morar, então eu não posso gostar dessa cidade que não me aceita. Ao mesmo tempo que eu, para chegar no meu trabalho, passo duas horas dentro de um ônibus, é chato morar numa cidade dessa. Mas quando vejo que uma praça em frente a minha casa foi reformada e meus filhos começam a brincar e no fim de semana eu posso ir a um lugar para momentos de lazer, isso representa também a cidade.

RF – A senhora disse que o prefeito Roberto Cláudio vai ser o melhor prefeito que Fortaleza já teve. Para isso, ele precisa de somente mais dois anos ou de seis?

AM – Ele vai concluir muita coisa nos próximos dois anos e já será o melhor prefeito nesse período. Mas as pessoas vão reconhecer esse trabalho e vão querer que fique em mais quatro para que seja o melhor por mais tempo. E ele tem vocação para isso, amor por essa cidade. É impressionante a gana que tem de tentar resolver, buscar solução. Liga meia noite, seis horas da manhã, perguntando sobre determinando assunto que precisa ser resolvido, para você ter ideia. ■

Há 20 anos a equipe Castelo Borges
trabalha para garantir a segurança
e a tranquilidade de seus clientes

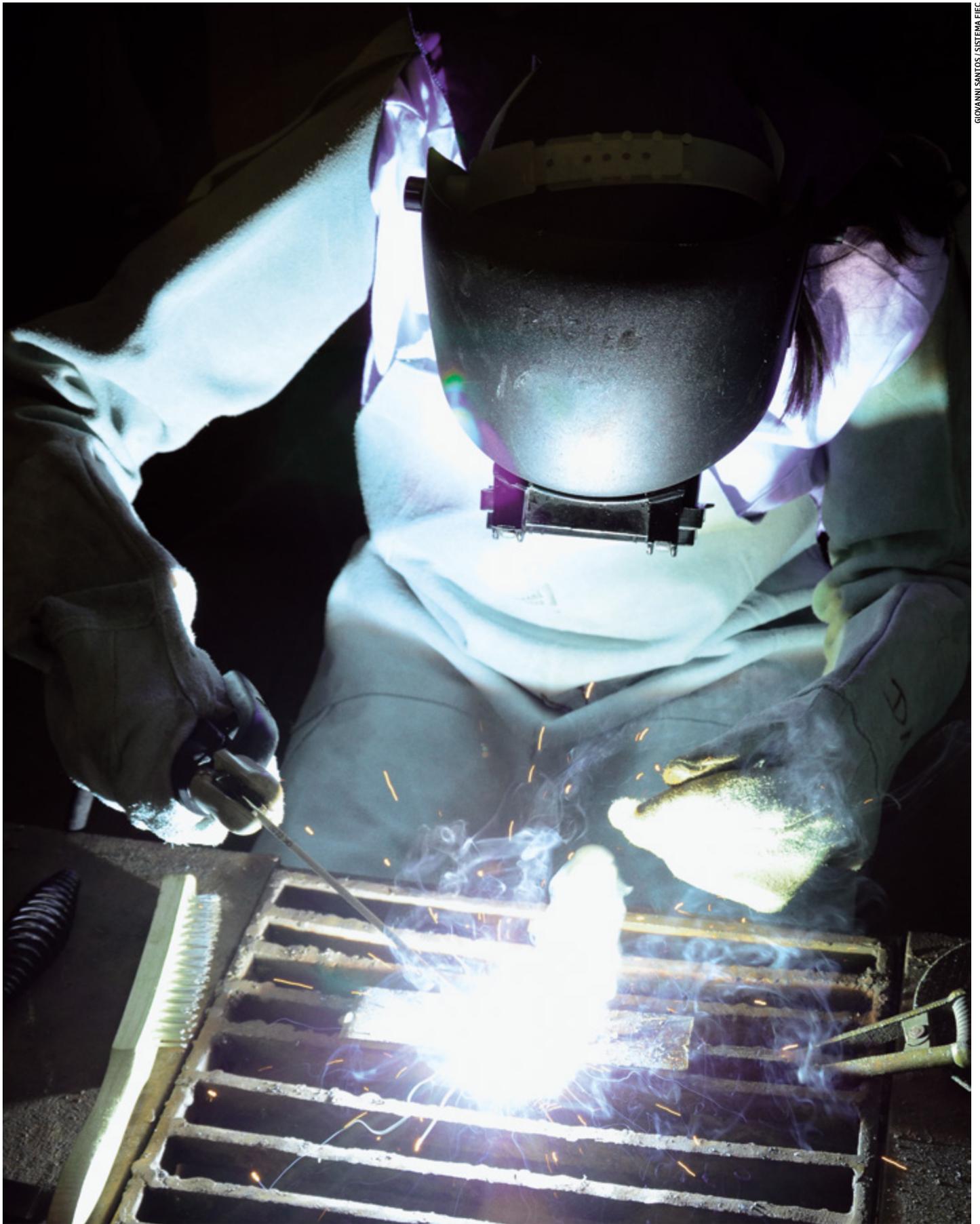


Cuidando de sua
família e de sua empresa

Vigilância | Terceirização de Mão-de-obra
Administração de Condomínios



Rua Osvaldo Cruz, 1286 - Aldeota - (85) 3261-5068
www.casteloborges.com.br



Indústria metalmecânica no Ceará

RAIO X DO SETOR MOSTRA EMPRESAS PRESENTES EM 72 MUNICÍPIOS DO ESTADO, ANTENADAS ÀS NOVAS OPORTUNIDADES TRAZIDAS PELA CSP E COM O TEMA INOVAÇÃO PRESENTE NO DIA A DIA

*POR CAMILA GADELHA
FOTOS GIOVANNI SANTOS*

O setor eletrometalmecânico é responsável por 2,6% da indústria cearense. Peças automotivas, máquinas, equipamentos, estruturas metálicas, eletrodomésticos fazem parte da cadeia produtiva presente em 72 municípios, o que representa alcance de quase 40% do território do estado. Com maior presença na Região Metropolitana de Fortaleza, o setor gera quase 65 mil empregos diretos em 1.227 estabelecimentos. Os dados são do Núcleo de Economia e Estratégia da FIEC.

De acordo com o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará (Simec) e da Câmara Setorial Metalmecânica, Ricard Pereira, no estado, o setor é heterogêneo. “Fabricamos desde painéis de alumínio a eletrodomésticos. A diversidade é grande”, explica. “A heterogeneidade levou o Simec a gerar negócios entre as empresas, fazendo com que virem fornecedoras entre si e não apenas concorrentes.”

A indústria metalmecânica tem duas formas de atuar: fabricando ou prestando serviços. A fabricação pode ser seriada ou sob encomenda. No Ceará, segundo explica Ricard, a indústria cearense desse setor é dinâmica e diversificada, forte na fabricação seriada, gerando mais empregos. O só-

cio-diretor da empresa contratada para atuar na formação da cadeia de abastecimento, DVF Consultoria, Durval Vieira de Freitas, explica que a indústria cearense produz para a indústria automobilística, de aviação, de alimentação e produtos como máquinas de costura, painéis de pressão e produtos da linha branca, como fogões e geladeiras. “Temos no Ceará a maior empresa importadora de aço do Brasil, a Aço Cearense. Temos muitos exemplos de sucesso no setor”, exemplifica Durval.

No Cariri, são 218 indústrias, com geração de 1274 empregos. Na região do Jaguaribe, são 65 estabelecimentos responsáveis por 618 empregos. De 2000 a 2013, a RMF registrou crescimento de 164% nos estabelecimentos. Já a região Norte cresceu 269% nesse período, o maior crescimento do estado. A DVF Consultoria traçou um perfil das empresas desse setor no Ceará, a partir de pesquisa aprofundada em 34 indústrias sobre aspectos gerais, de gestão, técnicos e comerciais com o objetivo de conhecer e, a partir disso, atuar na expansão da cadeia produtiva.

A maior parte das empresas executa serviços de montagem (75%), seguidas por empresas de fabricação de estruturas (63%), calderaria (50%), manutenção mecânica (44%), usi-

nagem (28%) e fabricação seriada (22%). De acordo com Durval, a presença de número expressivo de empresas de montagem deve-se ao fato de que, embora o negócio principal seja a fabricação, as empresas fazem pequenas montagens como serviço paralelo.

Na avaliação de Durval, as empresas do setor precisam melhorar seus processos produtivos de forma geral. Em aspectos de gestão, segundo o consultor, o foco deve ser em inovação e gestão financeira. Apenas 25% das empresas possuem orçamento anual e fazem a previsão apenas para os próximos três meses. Com relação à inovação, apenas 25% das pesquisadas declararam investir no desenvolvimento dessas áreas específicas. O mesmo percentual informou desenvolver seu próprio *know-how* em gestão, em programas específicos para sua atividade produtiva.

Por outro lado, todas as empresas disseram possuir programas de higiene, saúde e segurança do trabalho/social. Cerca de 80% das empresas informou ter um programa interno de gestão da qualidade e executar treinamentos da equipe, mas poucas mantêm programas elaborados nessa área, visando realmente o aumento da produtividade.

A maior parte das empresas (75%) disse ter planejamento estratégico ou já ter feito, com necessidade de renovação. O mesmo percentual afirmou possuir programa de gestão ambiental e planejamento e controle da produção, embora a ferramenta só tenha sido detectada em empresas com certificação ISO. O mesmo ocorre com 60% das empresas do setor que afirmou utilizar itens de controle como ferramenta gerencial.

A certificação é apontada por Durval Vieira como um dos caminhos para o maior desenvolvimento da indústria metalmeccânica no Ceará, visto que as empresas certificadas são aquelas que atendem clientes no Brasil e exterior. A pesquisa feita pela DVF detectou que 70% das empresas não tem certificação nenhuma, 26% tem certificação ISO 9 001 e apenas duas são certificadas com a ISO 14 000.

Em relação aos aspectos técnicos, apenas 25% das empresas disse desenvolver tecnologia de fabricação própria. Nessa área, se destaca o fornecimento para geradores eólicos, para os quais foram desenvolvidos itens para suportar a salinidade do

Raio X do setor eletrometalmeccânico

SERVIÇOS DE MONTAGEM

75%

63%

FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS

CALDERARIA

50%

44%

MANUTENÇÃO MECÂNICA

USINAGEM

28%

22%

FABRICAÇÃO SERIADA

estado. Metade das empresas possui departamento de projetos enquanto 60% executa programa de regulagens e aferições de instrumentos. Quando a regulagem e aferição se referem a equipamentos, a porcentagem sobe para 75% das empresas.

Quanto aos aspectos comerciais, são poucas as empresas (5%) que trabalham com patentes de tecnologia. Das pesquisadas, apenas 25% exportam e 60% utilizam apoio de consultorias empresariais, principalmente quanto à gestão contábil e financeira. Do total, 70% revela participar de feiras técnicas nacionais ou internacionais. A maioria (80%) se interessa pela satisfação do cliente e realiza pesquisa de satisfação como meio de aperfeiçoar o atendimento.

Mais de 70% possui receita entre R\$ 2,4 e 16 milhões/ano. A maioria das indústrias do setor tem espaço físico para am-

pliar as atividades, segundo a pesquisa. Apenas 4 estão 100% ocupadas. 18 estão com 70% a 99% e 12 estão abaixo de 70%. A pesquisa também apresentou aspectos de estratégia comercial e detectou que o ambiente está propício para as empresas do setor. A maioria possui departamento comercial e busca negócios (83%). Cerca de 38% participa de editais/licitações, 33% de consultas e 4% negocia com um único cliente.

As indústrias metalmeccânicas cearenses realizam parcerias de fornecimento com frequência, na maioria dos casos com empresas locais (79%), 58% das indústrias atuam com empresas de outros estados, 33% com detentores de tecnologia, 21% nunca fizeram parcerias, mas realizariam e 4% com empreiteiras de grande porte. A maioria da mão de obra atuante no setor é de baixa qualificação. Sessenta e oito por cento dos colaboradores concluíram ensino médio



GOVANNI SANTOS / SISTEMA FIEC

■ A DVF CONSULTORIA TRACOU UM PERFIL DAS EMPRESAS DESSE SETOR NO CEARÁ, A PARTIR DE PESQUISA APROFUNDADA EM 34 INDÚSTRIAS

“Quando a CSP estiver em operação, as empresas que atuam com produção sob encomenda deverão crescer e existir até em maior número.”

Ricard Pereira

e 14%, o ensino fundamental, enquanto apenas 10% tem nível técnico e 8% concluiu nível superior. Apenas 8% das indústrias oferecem incentivos à educação, mas 100% concedem benefícios como transporte e refeição, 95% fornecem uniforme, 75% oferecem seguro de vida e 60% propiciam assistência médica.

O presidente do Simec diz que esses índices variam de acordo com o tipo de produto que as empresas produzem. “Produtos mais sofisticados requerem mão de obra mais especializadas. No Ceará, temos presença tímida de empresas que lidam com alta tecnologia. Esse perfil mostrado na pesquisa vai sendo modificado à medida que vai surgindo no mercado produtos que exijam pessoas com maior grau de capacitação”.

Diante das informações coletadas, Durval Vieira afirma que as oportunidades para o desenvolvimento do setor no Ceará estão em melhorias em gestão, qualidade, produtividade, meio ambiente, segurança e qualificação de mão de obra. O setor pode obter ainda mais avanços se ampliar as competências para o fornecimento em serviços de usinagem, principalmente a partir da operação da CSP, prevista para o final deste ano. Outra oportunidade se dá no desenvolvimento e atração de empresas para a oferta de materiais para indústria (hidráulico, pneumático, rolamentos etc) e maior integração com instituições de ensino e pesquisa.

A pesquisa também procurou levantar a percepção dos industriais quanto às oportunidades no CIPP. As respostas apontaram para falta de conhecimento das demandas dos investidores, mão de obra com baixa qualificação, desconhe-

cimento dos incentivos fiscais/tributários do governo para quem fornecer para os empreendimentos e reconhecimento da necessidade de melhoria na gestão das empresas.

Como sugestão para diminuir esses gargalos, os próprios empresários apontam caminhos, como visitas às obras da CSP e outros investidores, conhecimento da demanda, principalmente peças fundidas/forjadas e itens especiais das unidades de produção e realização de encontros de negócios. O consultor Durval Vieira concorda com as soluções apontadas e sugere outras mais ousadas.

Segundo ele, para elevar a competitividade e produtividade, é preciso investir na gestão e na certificação das empresas e diminuir substancialmente a quantidade de colaboradores com nível fundamental nas indústrias. Além disso, as indústrias precisam ter uma maior interação com instituições de ensino e pesquisa, divulgar e patentear tecnologias. Para a realização de negócios, em concordância com os empresários, a realização de eventos e atração de novos investimentos é um caminho.

ANTES E DEPOIS DA CSP

O setor vive uma crescente expectativa de aquecimento com a construção e instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que, ao entrar em operação, deve impactar positivamente o Produto Interno Bruto (PIB) cearense em 12%. Em 2014, o PIB cearense teve crescimento de 3,44% em relação ao ano anterior. Além da siderúrgica, outras importantes empresas siderúrgicas devem entrar em operação nos próximos anos, anunciando a formação de um promissor polo metalmeccânico no estado.

Entre elas, está a Siderúrgica Latino-Americana (Silat), laminadora do grupo espanhol Hierros Añon, em parceria com o governo estadual. O empreendimento funcionará em três etapas, sendo a primeira com duas fábricas, a segunda com produção de 700 mil toneladas de chapas laminadas por ano e a terceira etapa com uma aciaria, que produzirá o tarugo, matéria-prima para a laminação de aços longos.

A Silat está em construção numa área de 148 hectares do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp). Outro empreendimento do setor que será instalado no estado é a Vale Pecém, orçada em US\$ 98 milhões, que será responsável por fornecer minério de ferro para a CSP.

Nesse cenário, a expectativa de Ricard Pereira é que o setor se diversifique com o avanço da instalação e da operação da CSP e o segmento de produção sob encomenda se fortaleça. “Neste momento, a CSP está demandando serviços de

■
O TEMA INOVAÇÃO
É PRESENTE E
RECORRENTE NO
DIA A DIA DAS
EMPRESAS DO SETOR
NO CEARÁ, AFIRMA
O PRESIDENTE DO
SIMEC, RICARDO
PEREIRA



GOVANI SANTOS / SISTEMA FIEC

montagem e muitas empresas cearenses estão aproveitando as oportunidades. Elas viram um nicho de mercado muito bom e aproveitaram.” Segundo ele, as indústrias cearenses se prepararam, compraram máquinas novas e diferentes para atender essas demandas. Segundo o líder classista, as empresas desse setor enxergaram as oportunidades desde o fortalecimento da energia eólica no estado.

Para produzir as previstas 3 milhões de toneladas de placas de aço por ano, a CSP demandará por manutenção, usinagem, metalurgia e as empresas cearenses deverão estar preparadas para atender, acredita Ricard Pereira. “Essa demanda deverá dar um equilíbrio nessa conta de empresas do setor no Ceará. Hoje, a maioria é de produção seriada. Quando a CSP estiver em operação, as empresas que atuam com produção sob encomenda deverão crescer e existir até em maior número.”

O Ceará precisa desenvolver mais seu potencial em fabricação sob encomenda e em prestação de serviços, avalia Durval Vieira. Segundo ele, o trabalho que está sendo feito para desenvolver fornecedores para a CSP deve resolver essa deficiência do estado. O Programa de Desenvolvimento Regional (PDR) visa acelerar o crescimento regional com a participação das empresas locais no investimento da CSP.

Para fazer isso, o programa atua para realizar um amplo conhecimento da cadeia de suprimentos, da CSP às micro e pequenas empresas; identificar oportunidades de negócio e empregos; e propiciar desenvolvimento tecnológico sustentável nas empresas da área de abrangência da siderúrgica com responsabilidade social.

INOVAÇÃO

O tema inovação é presente e recorrente no dia a dia das empresas do setor no Ceará, afirma o presidente do Simec, Ricard Pereira. “Precisamos da inovação para sobreviver. Hoje, tem sido formada uma nova consciência. Aos poucos, o tema está sendo maturado e fazendo parte da linguagem da empresa.” Muitas delas, não tinham caráter de empresas inovadoras e hoje procuram agregar qualidade de inovação em seus processos, explica Ricard.

Para Durval Vieira, o cearense é disposto a aceitar mudanças, uma característica muito boa para quem quer e precisa inovar. “Com o aumento do valor da energia elétrica e da falta de água, é preciso trabalhar para que não se sinta tanto esses efeitos. A indústria local já está fazendo isso”. Ele cita o exemplo de empresas cearenses que criaram processos e produtos novos para auxiliar na adaptação de empresas do setor eólico a se adaptarem ao Ceará. ■

Atração de investimentos para o crescimento econômico e a redução das desigualdades

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO, NICOLLE BARBOSA, FALA SOBRE OS PLANOS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO DA PASTA PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS

POR ANA PAULA DANTAS





DEVERÃO RECEBER ATENÇÃO ESPECIAL AS ENERGIAS RENOVÁVEIS E AS INDÚSTRIAS TRADICIONAIS QUE ENFRENTAM DIFICULDADES. TAMBÉM TERÃO ATENÇÃO ESPECIAL AS EMPRESAS COM BASE TECNOLÓGICA.

“Do ponto de vista econômico, a SDE vai acompanhar de perto o ambiente de negócios.”

Nicolle Barbosa

Atração e expansão de investimentos, bem como a promoção do comércio interestadual e internacional: essas são as principais linhas de atuação que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) tem definidas para os próximos quatro anos, com apoio das secretarias afins e em parceria com a iniciativa privada e universidades. De acordo com a secretária Nicolle Barbosa, o fortalecimento e a atração de novos negócios serão voltados tanto para as médias e grandes empresas, como para os pequenos empreendimentos.

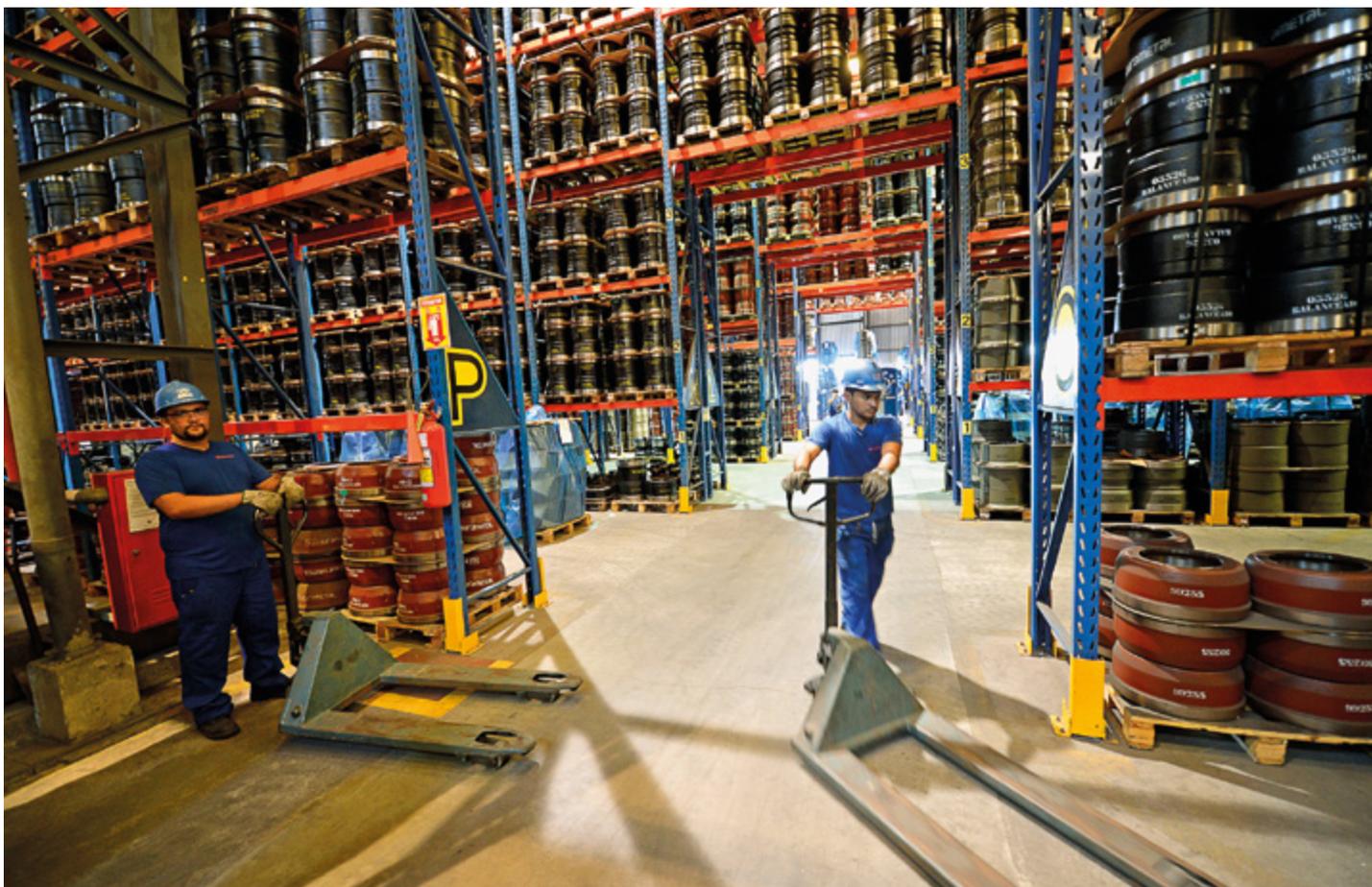
“O investimento, apoiado na inovação e focado na formação de capital humano, deve ser estimulado em todos os setores produtivos e em todas as regiões do estado, não importa o porte do empreendimento, nem a origem do capital. Defendo que a atração de investimentos, tanto o local quanto o de fora, seja voltada para o crescimento econômico, com redução das desigualdades e sustentabilidade ambiental”, afirma Nicolle Barbosa.

A partir dessa premissa, a SDE está fomentando grandes projetos, com o olhar voltado para a interiorização do desenvolvimento. Um dos destaques é o polo eletrometalmeccânico, que será implantado a partir do Pecém, cuja influência será irradiada para o interior do Ceará, considerando, também, a Transnordestina. O projeto tem apoio do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará (Simec), vinculado à FIEC, e da Câmara Setorial Eletrometalmeccânica.

A secretaria também está voltada para a reestruturação do sistema de incentivos fiscais, definindo as áreas prioritárias em todos os três setores básicos da economia: agronegócio, indústria e serviço. Segundo a secretária Nicolle Barbosa, deverão receber atenção especial as energias renováveis e as indústrias tradicionais que enfrentam dificuldades, a exemplo da indústria têxtil. Também terão atenção especial as empresas com base tecnológica. “Outro foco da secretaria é a implantação dos chamados distritos industriais nas oito regiões de planejamento do Ceará, executados pelo governo, em parceria com a iniciativa privada, com visão inovadora de gestão”, considera a secretária.

Do ponto de vista do desenvolvimento e, sobretudo, da competitividade, a SDE vai buscar liderança nas energias renováveis. Um grupo de trabalho – formado por técnicos do governo, da iniciativa privada e das universidades – está atuando para a definição de propostas concretas no tocante à questão da energia, que é um dos principais fatores de competitividade para atração de investimentos no Ceará. O objetivo é o de tornar o Ceará num polo de geração de energias alternativas, com objetivo de atrair mais investimentos.

De acordo com a secretária, a pasta também está buscando a formulação de propostas para garantir a oferta de água para projetos de desenvolvimento do estado. Dentre eles, a dessalinização. “Do ponto de vista econômico, a SDE vai acompanhar de perto o ambiente de negócios (registro de empresas, licenças ambientais, dentre outros) e o setor de infraestrutura, envolvendo o transporte e logística”, esclarece Nicolle. Em conjunto com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (Secitece), a SDE está definindo um plano estratégico de ação, com vista ao encaminhamento de soluções que fortaleçam o Ceará nas atividades econômicas de conteúdo tecnológico.



JOSE PAULO LACERDA / CNI

■ A SDE ESTÁ FOMENTANDO GRANDES PROJETOS, COM O OLHAR VOLTADO PARA A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO. UM DOS DESTAQUES É O POLO ELETROMETALMECÂNICO, QUE SERÁ IMPLANTADO A PARTIR DO PECÉM

INTERSETORIALIDADE

A intersectorialidade está presente em todos os projetos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A secretária Nicolle está construindo agenda comum de trabalho com as secretarias de Planejamento, Casa Civil, da Fazenda, do Trabalho, da Ciência e Tecnologia, de Infraestrutura, das Cidades, da Cultura, da Saúde, do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e de Relações Intersectoriais, em estreita articulação com os gestores das referidas pastas, uma vez que o desenvolvimento implica necessariamente uma rede de relações dentro do governo.

“A SDE permeia praticamente todas as áreas. Nosso papel é o de zelar pelo ambiente de negócios, destravar a burocracia, tornar o Ceará mais competitivo e atrativo para trazer novos investimentos. Vamos exercer, sob a orientação estratégica de Governo, a liderança no processo de desenvolvimento econômico do Estado”, afirma Nicolle Barbosa, que tem como maior propósito aumentar o PIB para que ele eleve a receita pública, a fim de viabilizar os investimentos de infraestrutura econômica e social do estado.

Para tanto, a secretaria vai ter um núcleo de inteligência capaz de trabalhar com outros órgãos do estado que produzem estudos, como o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e o Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará (Ideci), para subsidiar com informações estratégicas as decisões sobre investimentos.

Haverá ainda a Sala do Investidor, espécie de sala de situação onde o investidor será recebido e acompanhado desde os primeiros passos até a completa instalação da sua empresa. Nesse ambiente, ele entrará em contato com tudo o que o Ceará produz, suas potencialidades regionais e suas vocações locais. “Vamos trabalhar para aumentar o investimento e a corrente de comércio. Com mais postos de trabalho, geração de renda e mais elevado patamar de receita pública, vai, por consequência, incrementar o consumo de forma equilibrada e sustentável”, assegura a secretária.

Para fortalecer a cadeia produtiva cearense e canalizar o uso de recursos para otimizar os resultados na atração de





“Conhecendo os planos de investimento, muitas vezes percebemos a oportunidade de atrair um fornecedor dessa cadeia, que tanto fortalece o empresário local, como abre novas portas de emprego e geração de receita.”

Nicolle Barbosa

■ UM GRUPO DE TRABALHO FORMADO POR TÉCNICOS DO GOVERNO, DA INICIATIVA PRIVADA E DAS UNIVERSIDADES ESTÁ ATUANDO PARA A DEFINIÇÃO DE PROPOSTAS CONCRETAS NO TOCANTE À QUESTÃO DA ENERGIA

“A criação da SDE é um compromisso assumido e cumprido pelo governador Camilo Santana e representa um esforço do estado em fortalecer a atração de empreendimentos.”

Nicolle Barbosa

empreendimentos, Nicolle está realizando visitas a grandes empresários locais para conhecer seus projetos de investimento. O objetivo é manter diálogo permanente com o empresariado para identificar pontos a serem aprimorados e fomentar a competitividade. “Conhecendo os planos de investimento, muitas vezes percebemos a oportunidade de atrair um fornecedor dessa cadeia, que tanto fortalece o empresário local, como abre novas portas de emprego e geração de receita”, explica Nicolle.

REIVINDICAÇÃO DA FIEC

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) foi oficializada no dia 10 de março e fez parte de reivindicação apresentação pela FIEC ao governador Camilo Santana, no documento Agenda da Indústria. A Lei nº 15.773, que altera a de nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, permitiu a transformação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (Cede) na SDE, estabelecendo com suas vinculadas a Agência de Desenvolvimento do Ceará (Adece), a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE Ceará) e a Companhia do Desenvolvimento do Ceará (Codece).

“A criação da SDE é um compromisso assumido e cumprido pelo governador Camilo Santana e representa um esforço do estado em fortalecer a atração de empreendimentos para além de médias e grandes empresas, mas também de micro e pequenas empresas, a geração de novos negócios e promover o mercado nacional e internacional”, destaca Nicolle. ■



Quem é Nicolle Barbosa

Natural de Fortaleza, a secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará e vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Consedic, eleita no dia 8 de abril/2015, em Brasília/DF) é líder empresarial com vínculo direto com a indústria gráfica. Nicolle foi diretora e presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Ceará (Sindgrafica) entre os anos de 2005 e 2010; diretora e presidente do Centro Industrial do Ceará (CIC) entre os anos de 2010 e 2014; presidente da Comissão Eleitoral da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) no ano de 2011; e presidiu a Associação Brasileira da Indústria Gráfica no Ceará (ABIGRAF/CE).

No CIC, Nicolle criou e coordenou o “Integra Brasil – Fórum Nordeste no Brasil e no Mundo”, movimento que envolveu o país no debate sobre o papel do Nordeste na construção do processo de desenvolvimento sustentável do Brasil. Nicolle também presidiu o Partido Social Brasileiro (PSB) em Fortaleza e foi pré-candidata ao Governo do Estado do Ceará pelo PSB, durante o processo que antecedeu as eleições de 2014.

Também criou e coordenou a “Caravana do Desenvolvimento”, na campanha do governador Camilo Santana (2013), iniciativa que culminou com um documento contendo as linhas mestras de um Plano de Desenvolvimento Econômico para o Ceará.

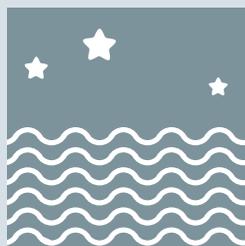
O que a SDE planeja para o Ceará

Energia Alternativa



Tornar o estado um polo de geração de energias alternativas, com objetivo de atrair mais investimentos.

Água



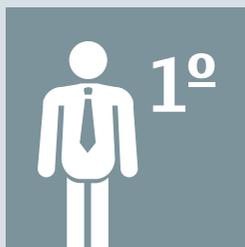
Formulação de propostas para garantir a oferta de água para projetos de desenvolvimento, dentre eles, a dessalinização.

Polo Eletrometal-mecânico



Implantado a partir do Pecém e cuja influência será irradiada para o interior do estado, envolvendo a Transnordestina.

Primeiro Negócio



Projeto com objetivo de atender a micro e pequenos empreendedores, a partir da reorientação da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (Codece), vinculada à SDE.

Distritos Industriais



Implantação nas oito regiões de planejamento do Ceará, com visão inovadora de gestão e executados pelo estado, em parceria com a iniciativa privada.

Incentivos Fiscais



Reestruturação do sistema de incentivos fiscais dentro da nova realidade cearense, definindo as áreas prioritárias do agonegócio, indústria e serviço.

Saúde



Expandir e modernizar o cluster da saúde a fim de tornar o estado em um importante centro da área, tornando por base a indústria de saúde com foco no desenvolvimento.

**Para
saber
mais**

Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SDE)
Av. Dom Luiz, 807 - 16º andar
Aldeota - Fortaleza/CE

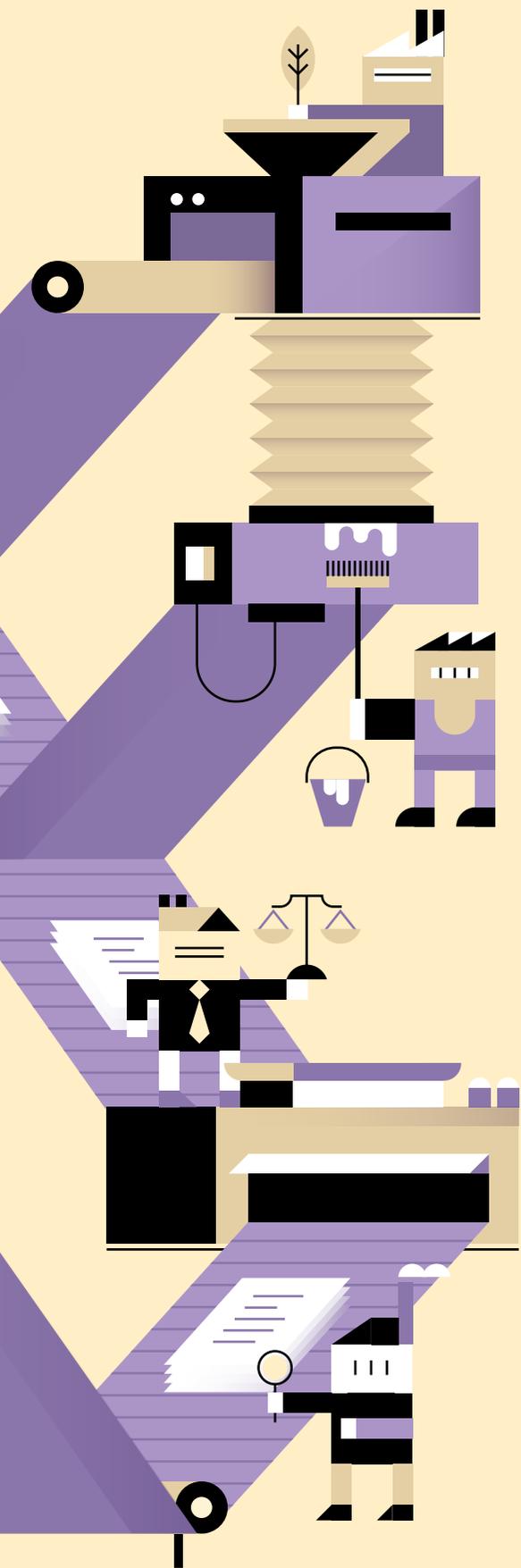
www.sde.ce.gov.br



Agenda Legislativa da Indústria apresenta 128 propostas para 2015

*DOCUMENTO DA CNI REPRESENTA OS ANSEIOS DAS
27 FEDERAÇÕES E APONTA OS PROJETOS EM DISCUSSÃO
NO CONGRESSO NACIONAL CAPAZES DE MELHORAR
O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E ESTIMULAR A ECONOMIA EM
TEMAS COMO BUROCRACIA, TRIBUTAÇÃO E INFRAESTRUTURA*

*POR GEVAN OLIVEIRA
ILUSTRAÇÕES ROMUALDO FAURA*



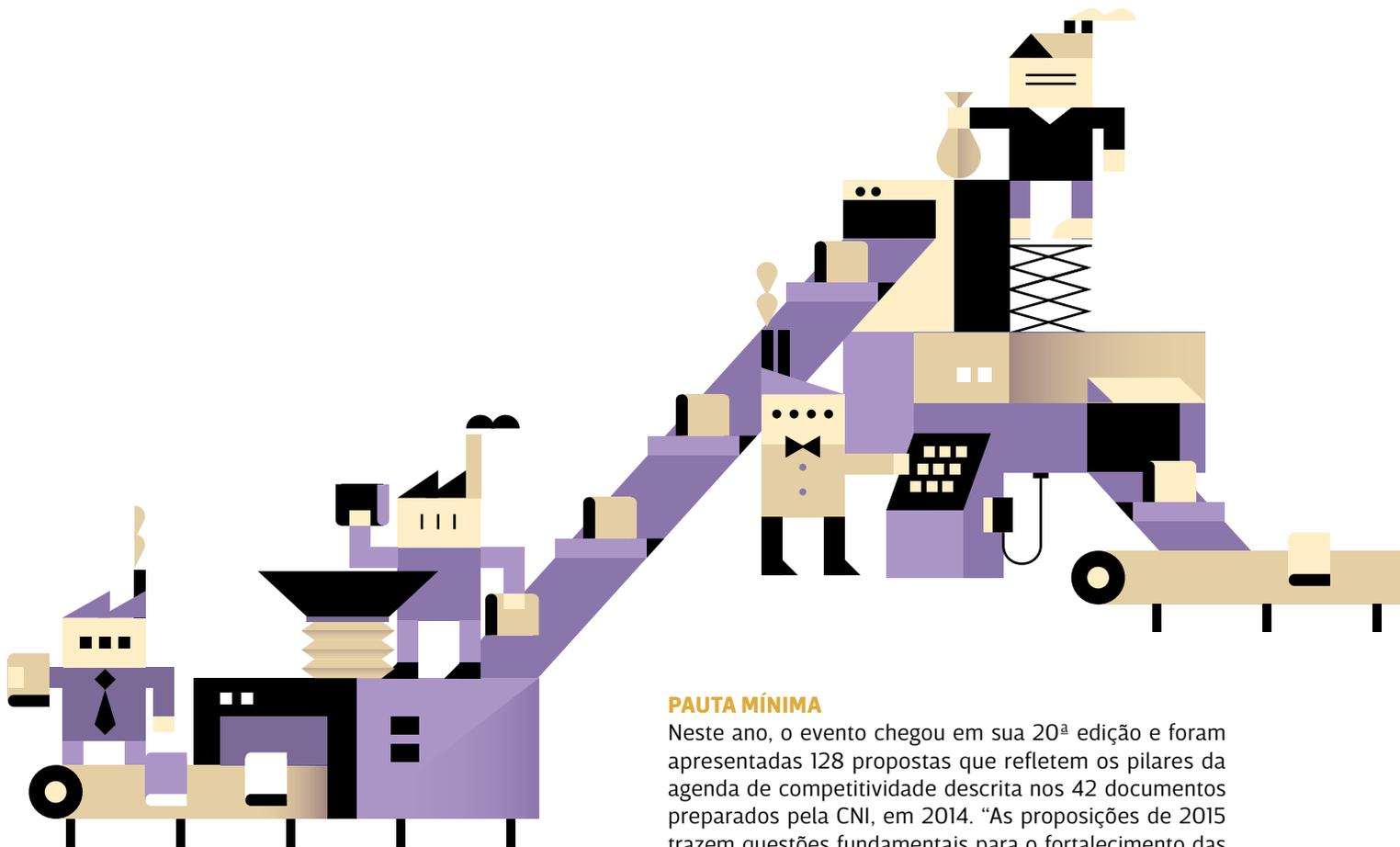
O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, apresentou no fim de março a Agenda Legislativa da Indústria 2015, em encontro que reuniu presidentes de todas as federações de indústrias do país, além de cerca de 100 parlamentares, entre deputados e senadores. Elaborada anualmente pela CNI, desde 1996, a Agenda apresenta à sociedade as principais proposições legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado que afetam o desenvolvimento do país.

Neste ano, a Agenda Legislativa da Indústria priorizou propostas que atacam os principais problemas da competitividade, sem comprometer as medidas de reequilíbrio fiscal. Para o executivo, o reequilíbrio das contas públicas e o controle da inflação devem ser perseguidos, desde que o necessário ajuste não asfixie o setor produtivo e, em especial, a indústria brasileira.

Para Robson Andrade, a adoção de medidas que elevam a carga tributária é um passo na contramão do crescimento, do desenvolvimento da economia e do emprego brasileiro. “Temos que trabalhar em cima das despesas. É isso que fará com que o país tenha um superávit maior”, disse, acrescentando que não será com o aumento da carga tributária que o Brasil equacionará “os equívocos do seu processo orçamentário”.

Já o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), destaca a importância da Agenda Legislativa da Indústria para o debate no Congresso Nacional sobre a melhoria do ambiente de negócios do país. Ele afirmou que os parlamentares continuarão a negociar os ajustes fiscais para equacionar os impactos sobre a sociedade. “É um erro querer ajustar as contas públicas em prejuízo dos trabalhadores e do setor privado”.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, destacou a compatibilidade da agenda da indústria com o momento atual da economia. Para ele, a defesa feita pela indústria sobre o aprimoramento de marcos regulatórios, aperfeiçoamento das instituições e de redução da burocracia, é estratégica para consolidar um ambiente mais propício à retomada do crescimento da economia no futuro próximo. “Essa pauta revela o amadurecimento e a capacidade da CNI de fazer da Agenda cada vez menos corporativa, dando uma dimensão de agenda para o próprio país”, conclui.



REDINDÚSTRIA

Segundo Affonso Tabosa, presidente do Núcleo de Assuntos Legislativos (Nual) da FIEC, o documento contendo as propostas da CNI é resultado da consolidação da consulta realizada junto as 27 federações de indústrias e às associações setoriais de caráter nacional. “A CNI encaminha às entidades as proposições legislativas de interesse do setor industrial apresentadas no Congresso Nacional, durante o ano, e as proposições priorizadas na Agenda Legislativa do ano anterior que continuam em tramitação”, explica.

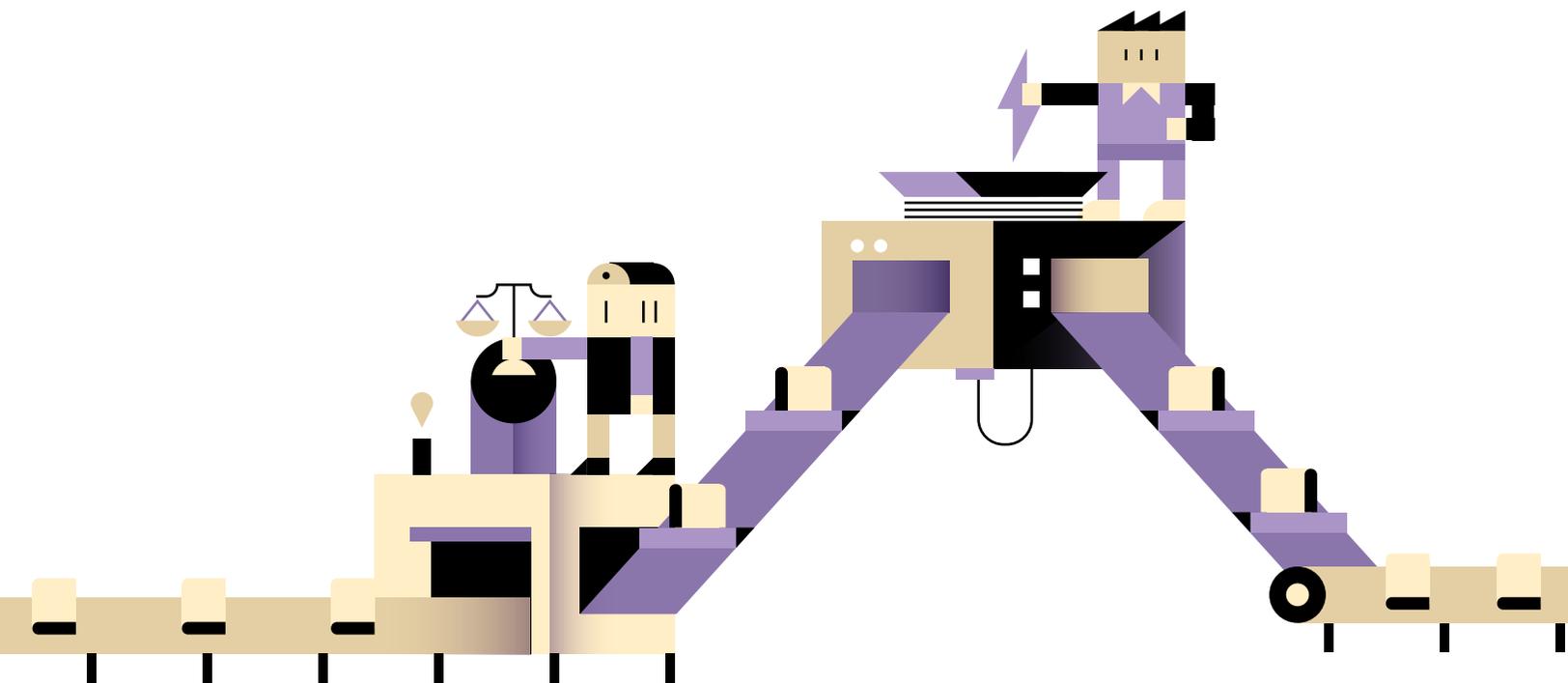
A eleição final dos temas e proposições que comporão a Agenda Legislativa da Indústria são definidas no Seminário RedIndústria, que reúne os representantes das federações de indústrias e associações. Por fim, a Agenda Legislativa da Indústria é lançada em evento na CNI com a presença dos presidentes da Câmara dos Deputados e Senado e do presidente da CNI, parlamentares; presidentes, diretores e executivos das entidades participantes da construção da Agenda.

PAUTA MÍNIMA

Neste ano, o evento chegou em sua 20ª edição e foram apresentadas 128 propostas que refletem os pilares da agenda de competitividade descrita nos 42 documentos preparados pela CNI, em 2014. “As proposições de 2015 trazem questões fundamentais para o fortalecimento das empresas brasileiras, como a redução da burocracia, a simplificação de tributos, a modernização das relações do trabalho e o aprimoramento de marcos legais, que oferecem maior segurança jurídica para investimentos e projetos do poder público”, frisa, Tabosa.

O presidente da CNI, Robson Braga, afirma que as propostas representam um reforço para o processo de ajuste das contas públicas, em especial as 18 proposições listadas na Pauta Mínima - conjunto de temas prioritários e de maior impacto sobre o ambiente de negócios. As propostas oferecem ao Congresso Nacional um norte para eliminar entraves históricos ao crescimento da economia, como a excessiva burocracia e a complexidade do sistema tributário. “Muitas das proposições que a Agenda Legislativa 2015 defende estão em estágio avançado de tramitação e, caso sejam aprovadas, terão impacto sensível na capacidade de o Brasil ser mais competitivo”, alerta o presidente da CNI.

Dos 18 projetos listados na pauta mínima, cinco são considerados urgentes para a indústria em 2015: Terceirização (PL 4330/2004), Norma Regulamentadora 12 (PDC 1408/2013), Norma Regulamentadora 12 (PDC 1408/2013), Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado (PLC 02/2015), e Crédito financeiro do IPI (PL 6530/2009). Veja, no quadro, o que trata cada um deles.



AVANÇOS HISTÓRICOS

Desde sua criação, em 1996, a Agenda Legislativa da Indústria tem sido importante para a elaboração de leis que ajudaram a modernizar e aprimorar o ambiente de negócios brasileiro. Em 2015, dois itens importantes da pauta mínima foram aprovados:

Limitação à substituição tributária de micros e pequenas empresas e inclusão de novas categorias no Simples (Lei Complementar no 147/2014)

A aplicação da substituição tributária às micros e pequenas empresas por estados reduzia sensivelmente os benefícios trazidos pelo regime simplificado de tributação oferecido pelo Simples Nacional. A proposta foi importante para o setor produtivo, ainda, por incluir novas categorias no regime simplificado e reduzir a burocracia para abertura, registro, alteração e baixa da MPE nas juntas comerciais.

Prorrogação do Reintegra (Lei no 13.043/2014)

Criado em 2012, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) devolve às empresas parte dos impostos incidentes sobre produtos exportados. Dessa forma, o setor exportador passou a contar com um mecanismo que atenuou uma importante distorção do sistema tributário brasileiro: a de que o Brasil exporta impostos.

OUTROS IMPORTANTES AVANÇOS NA HISTÓRIA DA PAUTA MÍNIMA:

Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas (2008)

Atualização do teto de enquadramento no Simples e inclusão de atividades econômicas no regime simplificado de tributação.

Lei do Gás (2009)

Novo marco regulatório abriu setor para novos investimentos privados ao quebrar o monopólio da Petrobras no transporte e ao permitir a autoprodução do combustível.

Cadastro Positivo (2011)

O registro dos consumidores que pagam suas contas em dia é um instrumento moderno que permite às empresas “premiar” os bons pagadores com juros menores e melhores condições de pagamento.

Contribuição Social da Saúde (2011)

Proposta para substituir a CPMF, extinta em 2007, a CSS foi rejeitada pelo Congresso Nacional com forte mobilização da CNI e setor industrial.

Nova Lei da Concorrência (2011)

Considerado um dos principais avanços do Super Cade, o instrumento da análise prévia de fusões e aquisições trouxe agilidade para o sistema antitruste brasileiro. Em 2012, o tempo médio de análise de casos de concentração foi de 19 dias, ante 75 dias em 2011 (Cade).

Política Nacional de Resíduos Sólidos (2011)

Projeto que busca organizar como o Brasil trata o lixo teve participação fundamental da CNI para definir os acordos setoriais para logística reversa, pelos quais setores da indústria se comprometem a garantir o adequado destino a seus produtos depois de utilizados.

Competências ambientais dos entes federativos (2011)

Define as atribuições da União, estados e municípios no processo de licenciamento ambiental para evitar sobreposição e conflito de normas, o que gerava insegurança jurídica para novos investimentos.

Nova Lei dos Portos (2013)

O novo marco regulatório do setor portuário foi aprovado em maio de 2013. A lei permitirá um novo ciclo de investimentos nos portos e avanços na gestão e eficiência dos terminais marítimos e fluviais.

Lucro presumido (2013)

A Medida Provisória 612, editada em 4 de abril, atualizou de R\$ 48 milhões para R\$ 72 milhões o teto da receita bruta para enquadramento no regime de lucro presumido, possibilitando às empresas simplificar a apuração de seus tributos. Esse limite não era atualizado havia 10 anos, período em que a inflação acumulada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 76,6%. O novo teto entrou em vigor em 1º de janeiro de 2014. ■

Dos 18 projetos listados na pauta mínima, cinco são considerados urgentes para a indústria em 2015:

Terceirização (PL 4330/2004)

A falta de regulamentação da terceirização é fonte de insegurança a empresas e empregados prestadores de serviços, que põe sob risco constante milhões de empregos formais em toda a economia. Pesquisa da CNI mostra que 70% das empresas do setor utilizam serviços terceirizados e 57% teriam sua competitividade prejudicada caso sejam impedidas de contratá-los. Na terceirização, prevalecem os serviços especializados e diretamente ligados às etapas produtivas, não se resumindo aos serviços auxiliares. A terceirização não pode ser confundida com precarização das relações de trabalho.

Norma Regulamentadora 12 (PDC 1408/2013)

A Norma Regulamentadora nº 12 (NR 12) é o marco legal brasileiro de segurança na operação de máquinas e equipamentos no setor industrial. Em 2010, a norma foi alterada com o objetivo de alinhar o padrão do Brasil aos aplicados na União Europeia mas, devido à alta complexidade, a norma se mostrou

inexequível, técnica e economicamente. Para a CNI, as normas devem equilibrar a máxima proteção e segurança do trabalhador com a sustentabilidade do processo produtivo.

Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado (PLC 02/2015)

A pesquisa com recursos da biodiversidade abre caminho para enorme avanço científico no futuro, gerando benefícios para toda a sociedade brasileira. A proposta reforma o marco legal em vigor, que impôs grandes restrições à pesquisa no país, reduz a burocracia e define regras para o acesso e repartição dos benefícios obtidos pela exploração econômica de produtos oriundos de recursos da biodiversidade (patrimônio genético) e do conhecimento tradicional associado.

Crédito financeiro do IPI (PL 6530/2009)

A proposta corrige uma grande distorção do sistema tributário

brasileiro, reduzindo a incidência de impostos acumulados na cadeia produtiva até o produto final. Segundo o projeto, o valor tributado por IPI, PIS e Cofins ensejará crédito correspondente, ao implementar o simples controle contábil em substituição ao sistema de crédito físico. A eliminação da cumulatividade de tributos é essencial para simplificar o sistema tributário e melhorar o ambiente de negócios do país.

Convalidação de incentivos fiscais de ICMS (PLS-C 1300/2014)

O projeto equaciona conflitos federativos quanto aos programas estaduais de incentivo tributários e fiscais e traz segurança para as empresas que usufruíram dos créditos de ICMS para fazer importantes investimentos. O pleno reconhecimento dos incentivos com a remissão dos créditos, evitará a cobrança retroativa e o fim do conflito judicial, trazendo segurança para as empresas e o Fisco dos estados brasileiros.

Fonte: Agência CNI de Notícias

Coreia do Sul pode inspirar soluções para o desenvolvimento



Palestra do presidente da Associação Brasil Coreia, Soleiman Dias, na Fiec, foi prestigiada por empresários, industriais, professores, profissionais liberais e estudantes

O Centro Industrial do Ceará (CIC), em parceria com o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará (Simec), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), SindQuímica, SindAlimentos, Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF) e Sindeventos, trouxe a Fortaleza o presidente da Associação Brasil Coreia, com sede em Seul, Soleiman Dias, para falar sobre o sistema de ensino sul coreano.

Na noite do último dia 15 de abril, o cearense que há 15 anos mora na Coreia do Sul proferiu a palestra “Educação e desenvolvimento: como deu certo na Coreia do Sul” para empresários, industriais, profissionais liberais e estudantes sobre modelo de educação eficaz. Para um auditório lotado, na Fiec, Soleiman defendeu que os professores sejam bem remunerados e não trabalhem somente por amor.

Como a Coreia, com um dos melhores sistemas educacionais do planeta, conseguiu alcançar o modelo de educação eficaz? Soleiman, que é

doutor em relações internacionais e estudos coreanos e PhD em International Studies – Korean Studies, sintetizou em quatro lições a receita do sucesso: selecionar os melhores professores, cuidar da formação docente, não deixar nenhum aluno para trás e capacitar equipes de gestores. “A qualidade do professor é a característica que mais influencia a aprendizagem”, assegura, ressaltando também a forte participação da família na educação.

Soleiman mostrou os desafios que a Coreia enfrentou no pós-guerra e a ocupação japonesa e como o País conseguiu sair de um PIB de U\$100 em 1960 para U\$ 30 mil em 2010. “A educação faz parte do ciclo que ergueu o país”, enfatiza. O presidente da Associação Brasil Coreia disse que o modelo de sucesso na educação implantado pela Coreia do Sul combina um dos mais elevados investimentos governamentais do mundo na área com forte envolvimento das famílias. A prioridade é a educação básica.



Soleiman Dias é Doutor em relações internacionais e estudos coreanos, e PhD em International Studies – Korean Studies

As escolas têm dois turnos e os melhores professores estão lá, não no ensino superior. Os coreanos aplicam um sistema baseado na tradicional disciplina, com muitas horas diárias de estudo, formação de professores de ponta, com reconhecimento profissional e boas condições de trabalho.

Empresas são premiadas pela FIEC por desempenho ambiental

COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM, SUCOS JANDAIA, COBAP E CERÂMICA TAVARES FORAM AS EMPRESAS VENCEDORES ESTE ANO DO PRÊMIO FIEC POR DESEMPENHO AMBIENTAL. EM SUA 11ª EDIÇÃO, 13 EMPRESAS CONCORREM COM PROJETOS INSCRITOS EM QUATRO MODALIDADES (PRODUÇÃO MAIS LIMPA, REÚSO DE ÁGUA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, E INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE).

O prêmio objetiva o reconhecimento das empresas industriais que se tenham destacado na conservação do meio ambiente e por terem implementado ações que resultaram na melhoria da qualidade ambiental, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável e de modo a servirem de modelo para outras indústrias.

Participaram da comissão de avaliação dos agraciados, especialistas indicados pelas seguintes instituições: BNB, UFC, Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza, Sefaz, Secretaria de Meio Ambiente do Ceará, além do Grupo de Interesse Ambiental – GIA e o SENAI.

Na categoria Reuso de Água, a vencedora foi a Jandaia pelo segundo ano consecutivo. Representando a empresa, o advogado Joel Farias recebeu o prêmio, ao lado do presidente

da FIEC, Beto Studart. A Jandaia utiliza a água do açude de Pacajus. A tubulação de seis quilômetros do açude até a empresa foi feita pela própria Jandaia, que mantém uma estação de tratamento em sua sede e um reservatório com capacidade de armazenamento de um milhão de litros de água.

A CSP venceu na categoria Educação Ambiental com o Programa de Educação para a Sustentabilidade (PES). O programa foi lançado com o objetivo de sensibilizar e conscientizar com ações educativas de caráter socioambiental pessoas envolvidas com o empreendimento. As ações acontecem nas fases de instalação e operação do empreendimento. Sua atuação em várias frentes programáticas busca formar multiplicadores de temas e soluções para suplantar os desafios socioambientais do território.



■ PRESIDENTE BETO STUDART COM OS VENCEDORES, SECRETÁRIOS ÁGUEDA MUNIZ E ARTUR BRUNO E DIRETORES DA FIEC

A Cerâmica e Agropecuária Assunção Ltda (Ceagra), empresa do Grupo Tavares foi premiada na categoria Produção Mais Limpa. “Investir para competir e vencer prêmios é estratégia para incentivar outras empresas e mostrar a capacidade que o Ceará tem em se destacar no ramo sustentável”, afirmou Marcelo Tavares, diretor de marketing do Grupo Tavares, ao receber a honraria.

Na categoria Educação Ambiental a vencedora foi a empresa Cobap, que tem na sua missão e política de qualidade e valores a responsabilidade socioambiental. A empresa realiza uma série de atividades com os colaboradores e comunidade em prol do desenvolvimento sustentável. Semanalmente, o grupo se reúne para colocar em prática atividades planejadas para o ano.

CSP: MODELO DE GESTÃO VOLTADO PARA A SUSTENTABILIDADE

Concorrendo à 11ª edição do Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental pela primeira vez, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) venceu na categoria “Interação com a sociedade”, com o Programa de Educação para a Sustentabilidade (PES), que tem como público-alvo funcionários, trabalhadores da obra, comunidade escolar, lideranças comunitárias, órgãos ambientais e universidades. O objeto geral do PES é sensi-

bilizar, conscientizar e contribuir para a adoção de posturas e hábitos sustentáveis, em conjunto com o público-alvo direta e indiretamente envolvido com o empreendimento. O presidente da CSP, Sérgio Leite, recebeu o troféu das mãos do presidente da FIEC, Beto Studart.

Localizado no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a 55 km de Fortaleza, a CSP tem 700 funcionários próprios, no regime de pré-operações, e 12 mil pessoas construindo suas instalações, que ocupam área de 989 hectares. A prioridade é contratar o máximo de mão de obra e fornecedores locais, com objetivo de alavancar o crescimento e o desenvolvimento da região. Quando estiver em pleno funcionamento, a CSP produzirá 3 milhões de toneladas de placas de aço/ano na primeira fase de sua operação – número que deve dobrar numa segunda etapa. De acordo com estudos de impacto socioeconômicos, a implantação da CSP vai ampliar a economia industrial do Ceará em 48%, gerando um incremento de 12% no PIB estadual apenas na primeira fase.

A empresa é fruto da sociedade formada pela brasileira Vale e pelas sul-coreanas Dongkuk e Posco e se trata da primeira usina siderúrgica integrada do Nordeste do Brasil. E como hoje não se pode pensar desenvolvimento sem considerar

“Além da redução de energia e água propriamente ditos, a captação das chuvas também proporciona redução de produtos químicos utilizados nos processos de tratamento da água do rio.” Wladson Lima

meio ambiente e sem agir com responsabilidade social, a CSP identificou a necessidade de contribuir para a adoção de uma nova postura em relação à sustentabilidade, tanto no universo da gestão empresarial, como com públicos-alvo e comunidades do seu entorno.

Desse modo, a empresa criou seu Modelo de Gestão para a Sustentabilidade, no qual desenvolve seu modelo de negócio, promovendo a inclusão social, a otimização dos recursos naturais e a redução do impacto sobre o meio ambiente. Nesse sentido, a Gestão de Impactos também é uma premissa assumida pela empresa, por meio de um Sistema de Gestão Integrado, baseado nas normas de Meio Ambiente (ISO 14.001), de Responsabilidade Social (ABNT 16.001) e Saúde e Segurança (OHSAS 18.001), que envolve as atividades da CSP e suas subcontratadas.

O SGI permitiu o desenvolvimento de algumas importantes iniciativas, como o Programa de Preservação da Biodiversidade CSP que, iniciado em 2009, obteve dados técnicos sobre espécies florestais nativas; formação de um banco de sementes na área verde remanescente da CSP e cuidados e resgate de animais na área a ser construída pela empresa.

Dentro do Programa de Educação para a Sustentabilidade (PES), a CSP também mantém um calendário anual de eventos e campanhas, em conjunto com parceiros estratégicos, envolvendo atividades como festa anual das árvores (29/03), Semana Mundial do Meio Ambiente (05/06), Dia Mundial de Limpeza de Praias (17/09) e Dia V (Voluntariado – 05/12); além de campanhas anuais transversais, como de redução do consumo de água, de energia, papel e plástico.

SUCOS JANDAIA: CAPTAÇÃO DE ÁGUA DAS CHUVAS GERA GANHOS FINANCEIROS E AMBIENTAIS

Com o objetivo de aproveitar a água das chuvas que caem sobre os telhados da fábrica localizada no município de Pacajus, na Região Metropolitana de Fortaleza, a Sucos Jandaia instalou coletores e cisternas capazes de armazenar até 80 mil litros de água das precipitações. A ideia era reduzir o consumo do manancial utilizado no processo industrial de produção dos sucos - a Jandaia utiliza água do açude de Pacajus, por meio de uma tubulação de seis quilômetros e mantém uma estação de tratamento, com capacidade para armazenar um milhão de litros.

Durante o período de aplicação do projeto, janeiro a maio de 2014, a empresa obteve uma economia de 4,49% no consumo de água para fabricação de cada m³ de suco. Além dos ganhos ambientais e financeiros, o projeto rendeu à empresa o Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental, na categoria Reúso de Águas, pelo segundo ano consecutivo. “Além da redução de energia e água propriamente ditos, a captação das chuvas também proporciona redução de produtos químicos utilizados nos processos de tratamento da água do rio (coagulantes, floculantes, inibidores de corrosão) devido ao baixo índice de sais que a água da chuva proporciona”, explica Wladson Lima, supervisor ambiental da empresa.



JANDAIA TEM SIDO EXEMPLO NO REUSO DE ÁGUA; CERÂMICA TAVARES VENCEU O PRÊMIO PELO TERCEIRO ANO NA CATEGORIA PRODUÇÃO MAIS LIMPA

Ele destaca que o sistema de aproveitamento de água de chuva para atividades industriais vem sendo utilizado em países desenvolvidos como os Estados Unidos, Japão e Alemanha. “No Nordeste brasileiro, utiliza-se o sistema como fonte de suprimento de água, devido à escassez sofrida na maior parte do ano”, acrescenta.

Para implantação do sistema em qualquer empreendimento, Wladson explica que o passo inicial consiste em desenvolver coletores de água nas coberturas, dimensionadas de tal forma que levem em consideração os valores de precipitação da região, além de descartar as águas iniciais, devido à alta concentração de substâncias sólidas depositadas pelo vento e pelos pássaros. “A princípio, uma cisterna deve armazenar o máximo de água da chuva possível, portanto precisamos calcular qual é esse máximo e decidir se compensa ou não o investimento”, diz.

A informação deve ser obtida junto ao serviço de meteorologia do estado. No caso da Jandaia, a empresa descobriu que uma precipitação “normal” na região é de 10mm a 20mm. Isso significa que dava para armazenar de 10 a 20 litros por m² de telhado. Para um telhado de 20m², por exemplo, pode-se coletar de 200 a 400 litros de água da chuva. Sendo assim, será necessário ter uma cisterna de no mínimo 500 litros.



No caso da Jandaia, o telhado de 4.000 mil m² é capaz de armazenar até 80 mil litros de água da chuva.

Ao final dos cinco meses de implantação do projeto, a economia com água bruta foi superior a mil reais. Outros R\$ 4 mil foram economizados na conta de luz, com a energia para movimentação das bombas que captam água do rio, o equivalente a 31 horas de funcionamento dos motores da estação de bombeamento. Outros R\$ 830 deixaram de ser gastos com produtos químicos. O volume máximo de captação de água da chuva chegou a 750 mm.

CERÂMICA TAVARES: REFERÊNCIA NACIONAL EM SUSTENTABILIDADE E TRICAMPEÃ EM DESEMPENHO AMBIENTAL

Pela terceira vez em quatro anos (2011, 2013 e 2014), a Cerâmica Tavares foi a vencedora do Prêmio FIEC Por Desempenho Ambiental, na Categoria Produção Mais Limpa. Após oito anos de esforços para tornar seu negócio sustentável, a empresa passou a ser referência no país em sustentabilidade no segmento cerâmico, um dos mais críticos por trabalhar com a queima de matéria-prima natural, como a vegetação da caatinga. O reconhecimento nacional veio em dezembro do ano passado com a outorga do Prêmio de Gestão Socioambiental do Instituto Chico Mendes, entregue em São Paulo, durante o 1º Fórum Empresarial Chico Mendes de Sustentabilidade. A cerâmica também já teve o reconhecimento do Programa Setorial de Qualidade (PSQ), oferecido pela Associação Nacional de Cerâmicas (Anicer), e do Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho, entregue em Brasília, em 2012.

A comenda da FIEC, concedida no final de março deste ano, ratifica a experiência bem-sucedida do grupo Tavares na substituição da lenha pela biomassa para alimentar os fornos que transformam o barro retirado do aluvião em tijolos,

telhas e blocos. De acordo com Marcelo Guimarães Tavares, diretor de Marketing, o projeto ambiental da empresa, que teve início em 2006, destaca-se por adotar um sistema de produção que substitui em 100% a lenha por combustível feito à base da mistura de resíduos de bagaço de cana, casca de castanha de caju, quenga de coco, oiticica, pó de serragem, poda de cajueiro e árvores urbanas, resíduos da construção civil, dentre outros rejeitos.

Marcelo explica que o uso da biomassa renovável na queima de produtos cerâmicos evita o desmatamento da caatinga, um dos biomas brasileiros mais degradados, além de reutilizar resíduos descartados em lixões. “O reaproveitamento destes insumos é positivo para a indústria cerâmica, uma vez que reduz a necessidade de se extrair recursos naturais, reduz custos de transporte e aquisição de combustíveis fósseis, e evita-se que tenham destinação ambientalmente incorreta”, destaca.

O resultado da iniciativa para a redução de gases de efeito estufa tem dado tão certo que a empresa passou a comercializar créditos de carbono no mercado internacional. A primeira transação ocorreu em 2010, com o banco norte-americano J.P. Morgan. Na época, foram negociados 71,036 VERs (Unidades de Redução de Emissões Verificadas).

O projeto, auditado e fiscalizado por órgãos internacionais como o Gold Standard e o Tür Nord, tem um prazo de dez anos. Na última comercialização, ocorrida em 2014 para empresa Climate Parnet, o grupo efetivou a venda de aproximadamente 20 mil VERs. Até 2020, a meta é conseguir uma redução de 49.000 toneladas de CO² por ano (a partir de 2010), totalizando a redução de quase meio milhão de toneladas de CO², ao final de dez anos. A comercialização internacional de créditos de carbono iniciou em 2005, resultado de acordos pelos países signatários do Protocolo de Kyoto. Pelas regras do mercado de carbono, as empresas que passam a emitir menos gases poluentes podem vender créditos às demais. Os créditos podem ser colocados à venda em bolsas independentes, como a Bolsa do Clima de Chicago ou a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) brasileira. Na prática, se uma empresa não consegue cumprir suas metas de redução de CO², vai ao mercado e compensa sua ineficácia comprando créditos daquelas que são mais eficientes.

Hoje, o Grupo Tavares, composto de 21 unidades produtivas distribuídas nas cidades de Aquiraz (12), São Gonçalo do Amarante (três), Itaitinga (três), Caucaia (duas) e Horizonte (uma), utiliza mais de 20 mil toneladas de biomassa mensalmente. A empresa gera mais de mil e duzentos empregos diretos e quase mil indiretos.

COBAP: ATIVIDADES ENGAJAM COLABORADORES E COMUNIDADE EM TORNO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Vencedora do Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental na categoria Educação Ambiental, a empresa Cobap tem na sua missão, política de qualidade e valores a responsabilidade socioambiental. A empresa realiza uma série de atividades com os colaboradores e comunidade em prol do desenvolvimento sustentável.

As atividades tiveram início com a construção de um Comitê de Responsabilidade Socioambiental formado por colaboradores da empresa, que passam por treinamento na área ambiental e social. Semanalmente, o grupo se reúne para colocar em prática atividades planejadas para o ano, mas também para reativamente atender convites de instituições de ensino e ONG localizadas no entorno da empresa. Com o projeto Educação Ambiental, a empresa colhe frutos em diversas vertentes, desde a preservação ambiental, educação ambiental, inclusão social, integração com a comunidade, melhoria da qualidade de vida do público interno e externo e relacionamento ético e parceiro com os *stakeholders*.

São desenvolvidas atividades como palestras, apresentações teatrais, oficinas, gincanas, dentre outros, visando, principalmente, reduzir os impactos da atividade da empresa e disseminar a cultura da preservação e respeito às questões ambientais, contribuindo para que a preocupação com esse tema seja cada vez mais discutida e praticada e os impactos sejam a cada dia minimizados.

Entre as atividades: blitz educativas; palestras sobre coleta seletiva e reciclagem em escolas; oficinas de reciclagem; peças teatrais sobre temas como água, descarte adequado de resíduos e lixo; distribuição de mudas de plantas, dentre outras.

A iniciativa também repercutiu no clima interno. Engajados nas ações, os colaboradores passaram a atuar mais coletivamente. A empresa passou a agir coletivamente, criando uma cadeia de sustentabilidade, fomentando em cada parceiro e colaborador um agente ambiental para atuar por estímulo próprio, transformando também a atitude de outras pessoas de seu convívio diário. ■

Educação e desenvolvimento: como deu certo na Coreia do Sul



SOLEIMAN DIAS *PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASIL-COREIA DO SUL E DIRETOR DA CHADWICK INTERNACIONAL, ESCOLA AMERICANA QUE APOSTA NA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA, BASEADA NA PROPOSTA DE COLOCAR OS JOVENS EM POSIÇÃO DE SUGERIR, CRIAR SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS, INTERAGIR, ARRISCAR, ACERTAR E ERRAR.*

A Coreia do Sul alcançou notável desenvolvimento a partir de 1960, com a implementação da chamada “Política econômica orientada para o crescimento”. Como se vê nas estatísticas de 2006 lançadas pelo Banco Mundial, o PIB da Coreia do Sul atingiu o 13º maior do mundo e o crescimento não apresenta sinais de desaceleração. Com limitados – ou quase inexistentes – recursos naturais, a Coreia somente ousou ingressar nas fileiras das nações desenvolvidas com tecnologia avançada no século 21 por conta de seus altos recursos humanos. A força-motriz por trás deste crescimento espantoso da Coreia foi, juntamente com uma política acertada, a educação.

A Coreia era uma sociedade baseada principalmente na agricultura, até o início do século 20. Apesar dos escassos recursos naturais, o país tem sido capaz de juntar-se ao grupo das nações

mais avançadas em grande parte graças ao programa de implementação bem sucedida de uma série de planos de desenvolvimento econômico a cada cinco anos, desde o início da década de 1960. Em particular, o Saemaul, ou Movimento da Nova Comunidade, lançado na primavera de 1970, tornou-se o propulsor por trás da modernização das áreas rurais sob o lema, “Diligência, autoajuda e cooperação.”

A partir de 2005, o PIB *per capita* do país foi de U\$ 16,291, e o anual volume comercial foi de U\$ 314.600 milhões. A Coreia emergiu como o 13º país de maior comércio do mundo. Ao longo das últimas décadas, o governo tem se esforçado em promover as suas indústrias pesadas e de petroquímica, desenvolvimento de alta tecnologia com uma mão de obra qualificada e o aumento do comércio internacional. O rápido crescimento tem produzido vários efeitos colaterais, e drásticas mudanças sociais trouxeram mudanças também dramáticas na estrutura social. A concentração da população em áreas urbanas é uma das preocupações das administrações locais e federais. Com base no futuro potencial e experiências acumuladas até o momento, a Coreia espera lidar com este e outros problemas decorrentes do rápido desenvolvimento da nação.

A educação tem contribuído para a democracia e o desenvolvimento político da Coreia do Sul de inúmeras maneiras: primeiro, tem auxiliado na socialização das questões políticas. A educação tem ajudado o cidadão a não somente aumentar seus conhecimentos, mas mudar

o seu comportamento e formar valores, principalmente quanto aos pontos de vista sobre a sua própria nação. Em segundo lugar, a educação tem ajudado às pessoas a participarem mais ativamente na política. Em terceiro, a educação ajudou líderes políticos a melhorarem as suas próprias competências.

O papel da educação no desenvolvimento do país foi fundamental e pode ser analisado da seguinte forma: em primeiro lugar, as escolas e centros profissionais forneceram a mão de obra necessária e diversificada para o desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, a mão de obra produzida a partir da sofisticação da educação, emprestou a estrutura industrial e de trabalho melhorando a produtividade e capacidade de competitividade global. Em terceiro lugar, as normas gerais de vida das pessoas e do bem-estar melhoraram devido ao aumento das oportunidades de emprego e de renda. Em quarto lugar, a expansão da “indústria” educacional tem contribuído para o desenvolvimento econômico do ponto de vista quantitativo e qualitativo, criando demanda por altamente capacitados professores e bem equipadas instituições de ensino.

As inúmeras lições que a Coreia tem a dar com relação ao seu crescimento econômico são aplicáveis a qualquer nação do mundo. O Brasil tem muito a aprender com o modelo coreano, mas seriedade é essencial para a aplicação dessas lições. E não podemos perder mais tempo. O amanhã deve ser construído hoje. Somente temos o agora nas nossas mãos. ■

DESCOBRI
A VACINA MAIS
IMPORTANTE DOS
ÚLTIMOS TEMPOS



PASSEI DIAS E MESES
PESQUISANDO EM
MEU LABORATÓRIO
SECRETO



SEM FALAR NAS
NOITES EM CLARO
PROCURANDO
ACHAR
A FÓRMULA



MAS,
FINALMENTE,
DESCOBRI A
VACINA QUE
VAI MUDAR
O BRASIL:



A VACINA
CONTRA A
CORRUPÇÃO!



A INICIATIVA
PRIVADA NÃO
ME OFERECEU
APOIO,
TEMENDO
REPRESÁLIAS
DO GOVERNO



SABE QUEM ME OFERECEU APOIO,
COM VULTOSA VERBA? O GOVERNO!
SIM, O GOVERNO, DO QUAL A
GENTE SÓ FALA MAL, QUE A GENTE
SÓ CRITICA. POIS FOI DESTINADA
UMA VERBA COLOSSAL PARA A
PRODUÇÃO EM MASSA DA VACINA



MAS VOCÊ SABE
PORQUE A VACINA
AINDA NÃO FOI
PRODUZIDA E
UTILIZADA PARA
O BEM DE TODO O
NOSSO POVO?

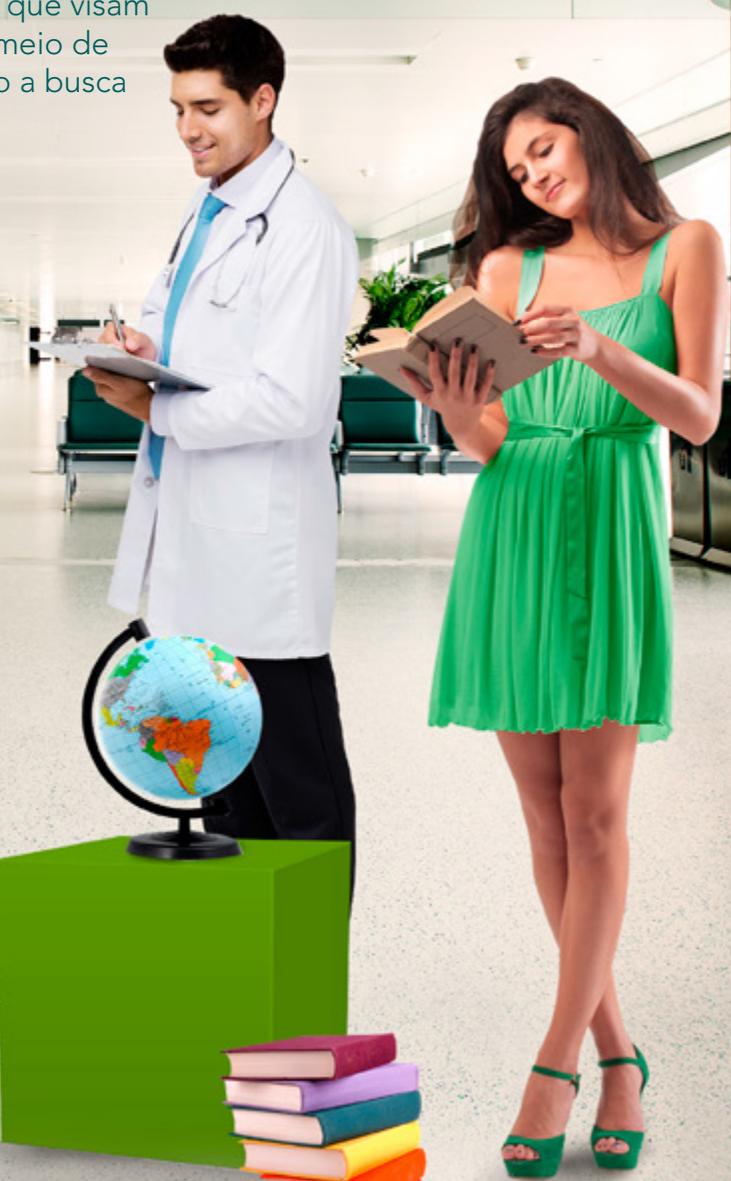
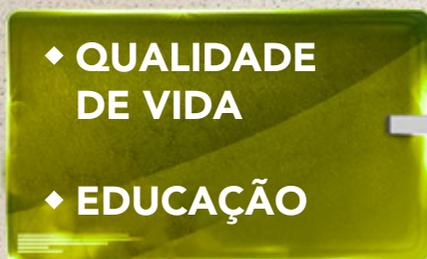


PORQUE
A VERBA
FOI
DESVIADA



A MELHOR ESTRATÉGIA QUE SUA EMPRESA PODE ADOTAR É CUIDAR BEM DE SEUS COLABORADORES.

O SESI oferece soluções para as indústrias nas áreas de *Educação e Segurança, Saúde e Vida Saudável* que visam promover o bem-estar dos colaboradores por meio de um ambiente de trabalho seguro e estimulando a busca por conhecimento e qualidade de vida.



SENAI: O IMPACTO QUE SUA INDÚSTRIA PRECISA PARA SER MAIS FORTE.

O SENAI acompanha a evolução da indústria cearense investindo em soluções nas áreas de *Educação Profissional* e *Inovação e Tecnologia* para as empresas alcançarem os melhores resultados.

- ◆ EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
- ◆ INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

